



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**NAYÁ PERDIGÃO BEZERRA**

**O ADOECIMENTO MENTAL DOS POLÍCIAIS MILITARES DO CEARÁ: UM  
ESTUDO SOBRE O FENÔMENO DO SUICÍDIO NA CORPORAÇÃO MILITAR**

**FORTALEZA-CEARÁ**

**2016**

NAYÁ PERDIGÃO BEZERRA

O ADOECIMENTO MENTAL DOS POLÍCIAIS MILITARES DO CEARÁ: UM  
ESTUDO SOBRE O FENÔMENO DO SUICÍDIO NA CORPORAÇÃO MILITAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Glaucíria Mota Brasil.

FORTALEZA-CE  
2016

Aos Policiais Militares do Ceará.

## **AGRADECIMENTOS**

Gratidão, essa é a palavra que melhor expressa o que estou sentindo. Chegar até aqui não foi fácil, e como ninguém é uma ilha, contei com o apoio e consideração de muitas pessoas nesse ciclo que está finalizando para dar início a um novo.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, que sempre em minhas orações solicitei força para dar continuidade à caminhada da vida, que tem tantos obstáculos. Sempre que pedi o Seu socorro, nas diversas situações, nos desesperos e nas angústias que passei, Ele foi o meu grande pilar de força, que ao meu chamado sempre enviou anjos em forma de pessoas para me auxiliar. À Virgem Maria, minha Mãe, que intercedeu por mim, para que eu conseguisse finalizar esse sonho.

Ao meu núcleo familiar, que acreditaram nesse sonho e na minha capacidade em torna-lo realidade, em especial aos meus pais, Silvanete Perdigão Bezerra e Antônio Bandeira Bezerra, que sempre, com muita paciência e com suas experiências de vida, me aconselharam a seguir os melhores caminhos, que me deram uma criação digna, sempre trabalhando para que nada me faltasse. Aos meus irmãos, Aline Perdigão Bezerra e Levy Perdigão Bezerra, que com muito carinho, companheirismo e irmandade, estiveram ao meu lado, me apoiando e ajudando no que fosse necessário.

Aos meus familiares que me acolheram tão bem na capital cearense, Marcelo Perdigão e Marcia Melo e seus filhos- Marcela, Mateus e Maria Clara -, além de minha Tia Mariêta, os quais me trataram como uma filha no período em que passei residindo em suas casas, sempre se preocupando comigo e me oferecendo um lar verdadeiro.

Ao meu melhor amigo e companheiro, meu namorado, Igor Pinheiro Coutinho, que esteve presente durante a minha graduação, segurando minha mão e me falando que a vida realmente não é fácil, mas que com persistência tudo daria certo. Nessa trajetória sempre ouviu meus relatos de alegrias e de tristezas e, com muito discernimento, me orientou quanto às decisões que deveria tomar.

Agradeço a minha família ueceana, principalmente, aos amigos que encontrei no Laboratório de Direitos Humanos Cidadania e Ética (LABVIDA), no período que passei como bolsista de iniciação científica, e aos amigos de graduação, a vida vai

ser muito vazia sem a companhia de todos eles. Espero que o destino me proporcione oportunidades de conviver com essas pessoas tão especiais.

A minha orientadora, Maria Glaucíria Mota Brasil, por ter confiado em meu trabalho, por ter me orientado e ter tido tanto carinho por mim, além de ter me dado “puxões de orelha” quando se tornou necessário. Suas orientações levarei comigo aonde quer que eu vá.

A minha amiga Érica Santiago, que no desespero para finalizar esse estudo monográfico, sempre, ao meu chamado, leu meus capítulos e me instruiu, da melhor forma possível.

Por fim, agradeço aos policiais militares do Ceará que participaram dessa pesquisa, pela disponibilidade em me conceder entrevistas que embasaram os dados expostos nesse estudo.

“A máquina, que produz em grande escala,  
tem provocado a escassez.  
Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos.  
Nossa inteligência, empedernidos e cruéis.  
Pensamos em demasia  
e sentimos bem pouco.  
Mais do que máquinas,  
precisamos de humanidade.”

**(Charles Chaplin)**

## RESUMO

A criminalidade é um fenômeno que vem crescendo no Brasil, em meio a essa guerra contra o crime à atividade policial é uma das ferramentas estatal mais importante para a manutenção da lei e da ordem pública. A rotina dos policiais militares é permeada por diversos fatores de risco, a morte é um fenômeno presente no dia-a-dia desses agentes, sendo assim uma profissão de alto grau de periculosidade. A hierarquia e a disciplina que o militarismo impõe aos membros da corporação militar também são fatores que causam diversos males tanto profissionais como pessoais a esses indivíduos. As patologias que atingem essa classe trabalhadora são diversas, as doenças mentais, como depressão, síndrome do pânico, síndrome de burnout, etc, estão em primeiro lugar quando o assunto diz respeito ao afastamento desses policiais de suas atividades laborativas, causando prejuízos tanto para o Estado como para a população. Desse modo é de suma importância realizar estudos que permitam entendermos como e por que esses profissionais adoecem. Diante disso, o objetivo desse estudo monográfico é analisar se a rotina de trabalho dos Policiais Militares do Ceará pode vir a causar danos à saúde mental desses agentes, podendo influenciá-los a cometer suicídio, como no caso do policial do Ronda do Quarteirão, da cidade de Fortaleza, HSLJ, que cometeu suicídio, no ano de 2012, por ser punido, por não estar usando a boina, acessório obrigatório no fardamento desses profissionais, fato que nos leva a refletir sobre como esses profissionais estão sendo tratados na corporação militar. Como estratégia metodológica, para a construção desse estudo, foram adotados três procedimentos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevista semi-estruturada com membros da corporação que tiveram contato com algum policial militar que cometeu suicídio, para que possamos analisar se existe alguma relação entre a rotina de policiamento e o cometimento do ato desses agentes de tirar a própria vida. Os índices de policiais militares do estado do Ceará que se afastam das atividades laborativas por conta de adoecimento mental são alarmantes e a cada ano esse percentual só aumenta; a inexistência de mecanismos dos órgãos competentes para controlar e/ou combater esse fenômeno é uma das maiores problemáticas para que esses índices continuem crescendo.

Palavras-chave: Trabalho policial. Adoecimento. Suicídio.

## ABSTRACT

Crime is a phenomenon that is growing in Brazil, in the midst of this war against crime police activity is one of the most important state tools for the maintenance of law and order. The routine of the military police is permeated by several risk factors, death is a phenomenon present in day-to-day activities of these agents, as well being a profession of high degree of dangerousness. The hierarchy and discipline that the military requires Members of the military establishment are also factors that cause various ailments both professional and personal to these individuals. The diseases that affect this working class are diverse, mental illnesses such as depression, panic disorder, burnout syndrome, etc., are first when it concerns the removal of these policemen of their work activities, causing damage to both the state and the population. Thus it is extremely important to carry out studies to understand how and why these professionals get sick. Thus, the aim of this monographic study is to analyze the work routine of Military Ceará Police might cause damage to the mental health of these agents and may influence them to commit suicide, as in the case of the police officer Quarter of Ronda, the Fortaleza, HSLJ, who committed suicide in the year 2012, to be punished for not wearing the beret, mandatory accessory in the uniforms of these professionals, a fact that leads us to reflect on how these professionals are being treated in the military establishment. As a methodological strategy for the construction of this study, we adopted three things: literature, documentary research and semi-structured interviews with members of the corporation who had contact with a police officer who committed suicide, so we can analyze whether there is any relationship between the policing routine and the commission of the act of these agents to take his own life. The military police indexes of Ceará that deviate from labor activities by mental illness account are alarming and every year this percentage only increases; the absence of mechanisms of relevant bodies to control and / or combat this phenomenon is one of the biggest problems for these indices continue to grow.

Keywords: Police work. Illness. Suicide



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCSCCE	Associação de Cabos e Soldados do Ceará
ASPRAMECE	Associação de Praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro do Ceará
CAPs	Centro de Assistência Psicossocial
CBMCE	Corpo de Bombeiros Militar do Ceará
CEFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IC	Iniciação Científica
LABVIDA	Laboratório de Direitos Humanos Cidadania e Ética
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PMCE	Polícia Militar do Ceará
PMs	Policiais Militares
SESA	Secretaria de Saúde do Estado do Ceará
SNSP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SSPDS	Secretaria de Segurança Pública e Desenvolvimento Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UE	União Europeia

UECE

Universidade Estadual Do Ceará

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	
<b>2 O TRABALHO DO POLICIAL MILITAR: UMA ROTINA DE DESAFIOS</b> .....	
2.1 MILITARISMO, HIERARQUIA E DISCIPLINA: UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A INSTITUIÇÃO MILITAR NO BRASIL.....	
2.2 O COTIDIANO DO MEDO: DIFICULDADES DO TRABALHO POLICIAL.....	
<b>3 O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA</b> .....	
3.1- SÍNDROME DE BURNOT.....	
3.2-RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E ADOECIMENTO MENTAL DE POLICIAIS MILITARES DO CEARÁ .....	
<b>4 O FENÔMENO DO SUICÍDIO</b> .....	
4.1 O ESTUDO DO SUICÍDIO NA SOCIOLOGIA CLASSICA	
4.2 O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES DO CEARÁ .....	
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	
<b>ANEXOS</b> .....	

## 1 INTRODUÇÃO

Ao ingressar no curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE), logo em meus primeiros semestres de graduação, tive a oportunidade de ingressar no Laboratório de Direitos Humanos Cidadania e Ética (LABVIDA) e posteriormente como bolsista de Iniciação Científica (IC-PIBIC/CNPq) passei a integrar o Projeto Casadinho<sup>1</sup>, mais especificamente, o seu eixo de pesquisa “condições e organização do trabalho policial sob orientação da professora Maria Glaucéria Mota Brasil.

No LABVIDA, minhas atividades de pesquisa compreendiam realizar pesquisa bibliográfica sobre a temática estudada, além de diariamente, catalogar jornais locais (O POVO e o Diário do Nordeste), coletando notícias/matérias/reportagens que tivessem alguma relação com as temáticas estudadas pelo LABVIDA e, distribuindo-as em pastas, que são organizadas por assuntos e estes dados arquivados em acervo digital<sup>2</sup>, com o objetivo de subsidiar os estudos e pesquisas realizadas pelos seus pesquisadores, assim como disponibilizar dados para pesquisas futuras. Essas atividades também subsidiavam nossos estudos, assim como a elaboração e apresentação de trabalhos/artigos em eventos acadêmicos.

Foi realizando essas atividades que comecei a perceber que várias notícias veiculavam a informação de que policiais militares haviam cometido suicídio, e o mais intrigante era que as mesmas traziam um perfil específico: soldados do sexo masculino e que, na maioria das vezes, tiravam a própria vida durante o horário de trabalho utilizando sua própria arma de fogo para efetivação do ato.

Minha curiosidade acadêmica por esse tema me levou a fazer um levantamento no acervo da UECE, para ter mais informações acerca dessa

---

<sup>1</sup> Projeto de Pesquisa Políticas de Segurança Pública, Trabalho Policial e Conflitualidades (Processo 552454/2011-7)(Chamada Pública MCT/CNPq/CAPES- Ação Transversal nº 06/2011-Casadinho/Procad). Coordenado pela profa. Maria Glaucéria Mota Brasil e pelo prof. José Vicente Tavares dos Santos. A Pesquisa se propõe a investigar 4 eixos temáticos relacionados às ações de segurança pública: formação e práticas de policiamento comunitário; condições e organização do trabalho policial; Mulheres policiais: gênero na organização e nas práticas das polícias militares; práticas policiais e juvenis em experiências de projetos sociais.

<sup>2</sup> A base de dados do LABVIDA encontra-se disponível em: [www.uece.br/labvida](http://www.uece.br/labvida).

temática. Na minha incansável busca pude constatar que a discussão sobre o tema era quase inexistente, tema tabu, e, na Universidade, no Curso de Serviço Social, não existiam trabalhos de conclusão de curso (TCC) sobre a problemática do suicídio entre os Policiais Militares do Ceará.

Realizei, ainda, uma busca na Internet, procurando dados estatísticos sobre essa temática. Encontrei diversos artigos que falavam sobre o adoecimento dessa categoria profissional, contudo, dados quantitativos de suicídio de PMs não encontrei.

Isso me instigou a estudar o fenômeno do suicídio, tema social e academicamente importante para a vida institucional, familiar e das relações sociais de modo geral, embora pouco falado. Nesse contexto, meu interesse era compreender o que estava por detrás desse fenômeno pouco discutido e da falta de trabalhos acadêmicos que investigassem mais essa problemática, tendo como referências iniciais os suicídios cometidos por policiais militares, uma vez que era bolsista da pesquisa Casadinho que tinha como um dos seus eixos de estudo a saúde do policial militar.

Com o intuito de encontrar informações acerca dessa problemática resolvi dirigir-me à Associação de Cabos e Soldados do Ceará (ASCSCCE), tendo em vista que nos jornais que tive acesso constavam a informação de que a maioria dos policiais militares que cometeu suicídio ocupava baixas patentes<sup>3</sup> (soldados e cabos) na escala de hierarquia da polícia militar (PM).

Quando disse o motivo de minha visita, o Presidente da Associação foi muito receptivo, expondo que a pesquisa era muito pertinente, uma vez que o fenômeno do suicídio e dos problemas mentais que acometem os policiais é uma dura realidade da Polícia Militar. Por isso, as portas da Instituição estariam abertas para me receber.

Ele relatou ainda que as Academias de Polícia e as Universidades deveriam realizar mais pesquisas sobre a temática em questão. Talvez, a partir disso, os problemas pelos quais a Instituição Militar vem passando, há muito tempo,

---

<sup>3</sup> Ao longo do estudo monográfico trataremos a conceituação de patente militar, bem como explicaremos a posição de cada uma na hierarquia da Instituição Policial.

poderiam ser expostos para a sociedade e poderiam pressionar os órgãos competentes a tomarem alguma atitude sobre tal situação, enfim, dariam visibilidade a essa problemática.

Nesse momento, decidi que me debruçaria sobre esse tema do suicídio em meu estudo monográfico, o qual possui como objetivo verificar se a rotina de trabalho dos Policiais Militares do Ceará gera impactos na saúde mental desses agentes, podendo ter como consequência a prática do suicídio entre os policiais militares.

No decorrer da pesquisa de campo tive que mudar meus objetivos, pois inicialmente pretendia realizar o estudo em questão com alguns familiares de profissionais militares que tivessem cometido suicídio, porém não obtive sucesso quando tentei entrar em contato com estas pessoas, sempre obtendo respostas negativas quando indagava a possibilidade de entrevistá-las para obter informações sobre o cotidiano de trabalho do agente que tirou sua própria vida. Minhas hipóteses eram que a negativa ocorreu por ser algo que ainda não havia sido superado, gerando muita dor e revolta e/ou por medo de uma possível represália por parte dos membros da Corporação Militar, além do fato da morte ocasionada pelo suicídio ainda ser um tabu tanto na sociedade de modo geral como entre as famílias que têm parentes vitimados pelo suicídio.

Nesse contexto, a pesquisa sobre o suicídio assume relevância social e acadêmica, tendo em vista que o policial militar, como profissional da área da segurança pública, lida diariamente com situações conflituosas e limites que geram quadros de tensões recorrentes que podem afetar o bom desempenho psicossocial desses profissionais no exercício cotidiano da sua atividade legal de manutenção da ordem e do controle social.

Além disso, são poucas as pesquisas que possuem como objeto de estudo a rotina de trabalho dos PMs e suas implicações na saúde mental desses agentes. A inexistência de dados e informações sobre essa problemática foi uma grande dificuldade encontrada no percurso da pesquisa que subsidia o trabalho em tela. Contudo, é um desafio tratar de um tema tão peculiar e de tamanha relevância, numa monografia de conclusão de um Curso de Graduação. Acredito que esse estudo é apenas um primeiro passo num objeto que merece mais aprofundamento

teórico – empírico pela relevância que assume nos estudos sobre o campo das políticas de segurança pública.

Por outro lado, a saúde do trabalhador de modo geral vem ganhando destaque por meio das lutas das associações de classe, sindicais e das entidades de defesa dos direitos humanos. Essa é uma realidade denunciada pela situação de adoecimento de grande parte dos trabalhadores, cada vez mais, tanto fisicamente como psicologicamente, por fatores que estão totalmente ligados à rotina laborativa estressante e a ausência de assistência humanizada.

Imersos nessa realidade encontram-se os profissionais da área da segurança pública, os policiais militares (PMs), que exercem atividades laborativas sob grande tensão psicológica; uma vez que o fenômeno da morte é uma realidade presente no cotidiano de trabalho desses profissionais, e por outro lado, existem os fatores diretamente ligados a carreira militar, ao arbítrio dos comandos hierárquicos e a rigidez disciplinar que acabam, muitas vezes, gerando pressões psicossociais e o adoecimento físico e psíquico desses policiais. Por outro lado, não se pode ignorar que as polícias brasileiras estão entre as que mais matam e também entre as que mais morrem.

No estado do Ceará, dados estatísticos, da Secretaria de Segurança Pública (SSP) publicados no Jornal Diário do Nordeste, apontam que o quantitativo de homicídios nesse território teve uma elevação de 11,4% no primeiro semestre do ano de 2014 em relação ao mesmo período do ano de 2013, uma quantidade de 2.367 pessoas assassinadas. No ano de 2015, segundo dados divulgados pelo SSPDS, no primeiro semestre houve uma queda de 11% no quantitativo de homicídios com relação ao mesmo período do ano de 2014, porém no segundo semestre de 2015 houve um aumento significativo de homicídios no estado do Ceará, totalizando 2.990 pessoas assassinadas, uma elevação de 15,6% com relação ao mesmo período do ano anterior.

São os PMs os profissionais da segurança pública que estão nas ruas, vivenciando todos os dias essa realidade, que apesar de lidarem diretamente com essa problemática, talvez com os impactos que a violência ocasione na sociedade, acabam por serem esquecidos no que diz respeito à saúde ocupacional.

A incorporação do Hospital da Polícia Militar do Ceará a Secretaria de Saúde do Estado (Sesa), ocasionando a desvinculação do mesmo a Secretaria de Segurança Pública e Desenvolvimento Social (SSPDS) fato que, na teoria, iria melhorar o serviço oferecido à população e que teve como resultado o contrário do que se esperava.

Isso é um grande exemplo do descaso dos órgãos públicos competentes para com a saúde desses profissionais, pois, desde o ano de 1939, o referido hospital atendia exclusivamente policiais militares e seus respectivos familiares. Com a mudança passou a atender a sociedade como um todo, sem haver uma melhoria na qualidade dos serviços prestados, como contratação de mais profissionais da saúde, para conseguirem atender de forma digna os usuários do serviço, além da compra de mais equipamentos, que poderiam modernizar os atendimentos prestados à população.

Além das questões elencadas acima, o fato dos PMs ainda estarem trabalhando de forma militarizada, pautada na hierarquia e na disciplina<sup>4</sup>, é outra problemática que vem causando diversos danos a esses agentes, pois a forma, muitas das vezes, desumana, os quais são tratados, por superiores em exercício da profissão, ou mesmo nos treinamentos rigorosos, podem afetar, de forma assustadora, a saúde mental e física desses profissionais; como no caso do policial praça, Paulo Aparecido Santos de Lima, que no ano de 2013, esteve presente em um treinamento no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), na cidade do Rio de Janeiro, chegando a óbito<sup>5</sup>.

O referido profissional chegou ao Hospital Militar com queimaduras nas mãos e nádegas, teve insolação e permaneceu internado por um período de 10 (dez) dias. Além dele, outros 09 (nove) agentes compareceram, no mesmo período, ao hospital possuindo os mesmos sintomas.

Estudos mostrados pela BBC Brasil, em 30/07/14, apontam que dos 21 mil PMs pesquisados 30% deles já foram vítimas de abusos físicos ou morais em suas instituições, uma boa parte desses policiais durante o treinamento policial, esse

---

<sup>4</sup>Fenômenos que são a base da militarização e que serão explicados no primeiro capítulo desse ensaio monográfico.

<sup>5</sup> A causa de sua morte foi denominada por "suga", gíria que os policiais cariocas utilizam para as seções de treinamento que levam os recrutas ao esgotamento físico.



estudo foi realizado por pesquisadores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SNSP), essa pesquisa foi realizada nos meses de junho e julho de 2014: "A violência policial não acontece só entre policiais e a sociedade civil, ela é frequente dentro da própria corporação.", afirma Camila Nunes Dias, pesquisadora da Universidade Federal do ABC.

A desumanização pela qual esses profissionais passam está presente no cotidiano de trabalho, que inicia logo no período de treinamento dos mesmos, o caso supracitado aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, porém no estado do Ceará essas situações não são tão diferentes.

Em uma pesquisa realizada no estado do Ceará e publicada por Ciro Barros no ano de 2015, diversos policiais relatam o abuso a que são submetidos dentro da corporação militar. "Bora, bora, você é um bicho. Você é um jumento, seu gordo!", essa fala é de um ex-soldado, que participou da pesquisa em questão, imitando a forma como os superiores referiam-se a ele.

Além dos problemas sociais enfrentados por essa categoria, os abusos psicológicos são fortes condicionantes para que esses indivíduos tenham sua saúde mental comprometida, ocasionando diversas doenças psicológicas, como a depressão, que é um forte fator indutor de comportamentos suicidas.

As doenças como depressão, síndrome do pânico, transtornos de ansiedade e outros semelhantes vem ocasionado problemas desastrosos junto à corporação policial e à sociedade em geral. O sintoma causado por esses transtornos, como o suicídio, vem sendo algo recorrente entre os Militares.

São diversas as notícias que veiculam informações a esse respeito, porém não existe nenhuma fonte em que possamos visualizar dados precisos sobre o percentual de policiais militares que cometeram ou tentaram tal ato, talvez por esse assunto ser ainda um tabu na sociedade e/ou por puro descaso dos órgãos públicos em tratar dessa problemática e/ou pela falta de interesse da corporação em divulgar essas informações, pois se os policiais estão cometendo suicídio em pleno exercício profissional pode estar acontecendo algo na rotina dos mesmos que a Instituição não pode e/ou não quer expor para a população.

Um caso que teve grande veiculação midiática foi o suicídio cometido por um policial militar do Programa Ronda do Quarteirão<sup>6</sup>, conhecido por Lima (utilizaremos nesse estudo nomes fictícios ou nomes de “guerra” da instituição militar, para manter o anonimato dos policiais que fizeram parte desse estudo), no ano de 2012. O referido agente no momento em que cometeu tal ação estava sob sanção disciplinar, sendo punido, por não usar a boina<sup>7</sup> (acessório obrigatório do fardamento militar), fato que nos leva a refletir sobre o modo como esses profissionais estão sendo tratados na corporação militar e quais são as condições de trabalho em que os profissionais da segurança pública estão sendo submetidos, fatores que podem ser um dos condicionantes para o adoecimento mental desses indivíduos e, conseqüentemente levá-los a prática do suicídio, num ato de desespero.

Feitas tais considerações, o ensaio monográfico em tela tem como objeto de estudo o adoecimento mental dos policiais militares do Ceará e tem como objetivo identificar se existe alguma relação entre o cotidiano de trabalho policial com o adoecimento mental dos mesmos, fato que por ventura pode acarretar comportamentos suicidas dentro da corporação. Assim, o universo amostral da pesquisa que subsidia esse trabalho é a Polícia Militar do Ceará.

A natureza da pesquisa é qualitativa e como técnica de pesquisa escolhi utilizar a entrevista semi-estruturada, tendo em vista que ela segue um roteiro de entrevista, porém deixa o interlocutor à vontade para falar além daquilo que foi questionado, tornando-se um fator satisfatório para o estudo. Segundo Minayo essa técnica constitui-se de “perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a

---

<sup>6</sup> É um programa de segurança pública que tem como filosofia o policiamento comunitário implementado no Estado do Ceará em novembro de 2007. (PROGRAMA RONDA, 2007).

<sup>7</sup> As notícias que foram veiculadas por meio de jornal a cerca do suicídio do soldado Lima, informam que o referido praça estava passando por um tratamento dermatológico, tendo em vista que se encontrava com problema de seborreia em seu couro cabeludo, dessa forma, não poderia usar boina, peça do fardamento obrigatório da PM, durante um determinado período. Mesmo estando com um atestado médico de seu dermatologista informando sobre o tratamento médico ao qual o soldado estava se submetendo, além de solicitar a suspensão de uso de qualquer acessório em sua cabeça, o referido policial foi perseguido por seu superior, que ocupa a posição de major na escala hierárquica da polícia militar, sendo sancionado a passar 05 (cinco) dias em prisão disciplinar por desacatar a sua ordem, de recolocar a boina.

Os detalhes quanto a perseguição sofrida pelo soldado Lima e o ato de tirar a sua própria vida será exposto no tópico 4.1 desses estudo monográfico, ocasião em que discorreremos sobre o fenômeno do suicídio entre os policiais militares do Ceará.

possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada” (2006, p.261).

Buscamos analisar as falas dos sujeitos entrevistados, expondo não só aquilo que foi dito, mas também o que foi expresso por meio de tom de voz, de expressões faciais. Assim, procuramos compreender aquilo que não pode ser quantificado como atitudes, crenças e valores, sentimentos. (MINAYO, 2008).

Os sujeitos interlocutores da pesquisa são os policiais militares do Ceará, que atuam na cidade de Fortaleza, mais especificamente, aqueles que, conheceram policiais dessa corporação que cometeram suicídio e se dispuseram a falar sobre o assunto. Procuramos verificar, em suas falas, se a rotina de trabalho dos Policiais Militares do Ceará pode vir a causar danos à saúde mental desses agentes, podendo influenciá-los a cometer suicídio. Portanto, a escolha desses interlocutores foi intencional.

Buscamos também compreender o comportamento dos Policiais Militares do Ceará que cometeram suicídio, diante de seus colegas de profissão no período em que estavam exercendo suas atividades na corporação.

Para conseguir coletar os dados necessários que pudessem responder aos questionamentos colocados pela pesquisa, buscamos construir interlocuções por meio de diálogos mais demorados com três policiais que tiveram contato com colegas policiais que tiraram a própria vida estando em serviço. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, deixando os entrevistados à vontade para falar além daquilo que foi perguntado (MINAYO, 2006), tornando-se um fator satisfatório para o estudo. Essas entrevistas foram gravadas por meio de gravador de voz, vale ressaltar que para a efetivação dessa técnica de pesquisa todos os sujeitos foram esclarecidos quanto ao uso das informações prestadas por eles, dessa forma, assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, autorizando o uso de suas falas na presente pesquisa.

Para a efetivação dessas entrevistas tivemos o apoio da Associação de Cabos e Soldados do Ceará (ACSCE).

Na pesquisa, além das fontes primárias como as entrevistas, utilizamos a pesquisa bibliográfica, pois é por meio dela que trazemos discussões embasadas

teoricamente por autores que já estudaram previamente as categorias Trabalho Policia, Saúde Mental e Suicídio que serão abordadas nesse estudo.

Também utilizamos a pesquisa documental, pois os documentos são ricas fontes de informações, de fatos do cotidiano que foram registrados. Os documentos que utilizamos são compostos por notícias veiculadas em jornais locais e nacionais e mídias sociais que retratam o dia a dia do trabalho dos policiais militares do Ceará, abordando também temas que se remetem a saúde mental desses agentes e os casos de suicídio cometidos por membros dessa corporação.

Esse estudo é composto por 03 (três) capítulos interrelacionados, com os temas distribuídos da seguinte maneira, o primeiro capítulo discorre sobre a rotina dos Policiais Militares do Ceará, o segundo tem como enfoque a questão da Saúde do Trabalhador, dando ênfase na Saúde Mental dos mesmos, o terceiro capítulo aborda como principal tema o fenômeno do Suicídio.

## 2. O TRABALHO DO POLICIAL: UMA ROTINA DE DESAFIOS

Para iniciarmos as discussões que embasam esse estudo precisamos, primeiramente, definir o que é a polícia e o que ela faz, diante disso adotaremos a compreensão conceitual de Monjardet (2003) que diz ser a polícia um mecanismo de distribuição de força, legitimada pela sociedade. De forma mais concreta, essa instituição possui como principal atribuição à resolução de vários tipos de problemas humanos, quando a solução para esses problemas torna-se necessário o uso da autoridade e da força legitimada, que sua intensidade será medida a partir do lugar onde esse problema esteja afetando e as situações que esse problema esteja criando, além das pessoas que estejam envolvidas.

Podemos fazer referência ao aparelho policial, percebendo que esse dispositivo estatal possui em sua essência as mesmas características do martelo, pois essa ferramenta, além de ser utilizada para a atividade fim a qual foi criada, bater pregos, dependendo da situação e do modo em que é empregado pode até mesmo salvar vidas e ser utilizado em outras atividades, como quando

(...) abrigado em uma caixinha vermelha fixada na parede de um vagão ou de um ônibus, ele serve para 'quebrar o vidro' e libertar-se, em caso de acidente que torne as portas inacessíveis. Como picareta ele ajuda a escalar as montanhas. Sabe-se também que pode permitir rachar uma cabeça. (MONJARDET, 2003, p. 22)

A definição do martelo não se traduz apenas pela infinidade de possibilidades que pode ser utilizado, mas pela dimensão comum a todos as formas como o usamos, dimensão que se resume ao emprego de uma força sobre determinado objeto, assim como a polícia "(...) instrumento de aplicação de uma força (...) sobre o objeto que lhe é designado por quem a comanda." (MONJARDET, 2003, p. 22), nesse caso o Estado e seus governantes, tendo em vista que "[a] polícia está para o governo, assim como a lâmina está para a faca." (BAYLEY, 2006, p. 203), atuando como um mecanismo de diversas utilidades, dependendo da situação, pois em um regime totalitário, ditatorial, possui atitudes distintas de quando está inserida em um regime democrático de direitos, onde se utiliza da opressão e tirania no primeiro caso e da proteção das liberdades no segundo. São, portanto, três elementos que definem e sustentam o aparelho policial: o uso de força física, a atuação interna e a autorização coletiva. (BAYLEY, 2006)

Desde o seu surgimento, a organização policial é um componente essencial do aparelho estatal e não se limita a “[...] repressão física organizada e visível.” (BRASIL, 1989, p. 08), pois nenhum órgão atua predominantemente através da repressão, utilizam-se também da ideologia para garantir sua coesão e reprodução (BRASIL, 1989).

Além dessa compreensão, o aparelho policial também possui suas representações identitárias tanto pela sociedade, que o legitima, quando pelo Estado que o gere. O conceito de representações foi inicialmente pensado por Durkheim, o mesmo atribui os significados que damos aos objetos, fatos, sentimentos, a partir da concepção que temos deles, ponto de vista construídos ao longo de nossa formação, que é por meio dele que a sociedade constrói e apresenta a realidade, além disso, esse fator está estritamente ligado à existência de fatos sociais (SOUZA, 2012). É de suma importância ressaltar que as representações não são criadas individualmente, elas são construídas por meio da coletividade, são frutos das interações e dos laços sociais que os homens estabelecem entre si (OLIVEIRA, 2012), configurando-se, dessa forma, um meio importante para a compreensão da sociedade e de sua evolução.

As representações, além de serem “(...) códigos orientadores de conduta (...)” (SOUZA, p. 156, 2012) agem de forma que não só reproduzem a realidade, mas atuam na transformação da mesma, haja vista que quando temos uma percepção diferente de fatos, que corriqueiramente víamos de determinada forma, passando a enxergá-los com um novo olhar, estamos transformando uma realidade já posta, pois perpassa tanto a individualidade como a coletividade, indo contra sistemas e modificando-os.

É nesse contexto em que o aparelho policial atua, divergindo opiniões de sua atuação e possuindo diversos significados, que por um lado da sociedade é uma instituição que tem como principal função o cumprimento da lei e a manutenção da ordem, mas que por outro, muitas vezes, os seus integrantes acabam por assumir uma postura autoritária, cometendo crimes contra a própria população, integrando e/ou fazendo parte de diversas práticas criminosas que ferem os princípios do Estado de Direitos (SOUZA, 2010), como nos diversos casos noticiados pelos meios de comunicação, quando os jornais noticiam homicídios cometidos pelos próprios

policiais militares, gerando até mesmo desconfiança e medo, principalmente, por parte de grupos estigmatizados, que residem nas periferias, ocupando um lugar marginalizado na sociedade. Como afirma Telles (2010), esses agentes atuam entre as fronteiras da legalidade e da ilegalidade, atuando de uma forma pendular, exercendo o controle social, buscando a manutenção da ordem pública e, por outro lado, convivendo com os dispositivos de corrupção e opressão que também se encontram presentes nessa instituição.

Esses agentes exercem uma profissão de alto grau de periculosidade, em que o fenômeno da morte se faz presente no cotidiano de trabalho desses profissionais, além disso, devendo conviver com a atual situação de “(...) desgaste e falta de credibilidade em manter a ordem e o controle (...)” (SOUSA, 2012, p. 99) de suas ações, pois boa parte da sociedade desacredita da eficácia de sua atuação, além das próprias particularidades da carreira militar: hierarquia e disciplina verticalizadas.

## 2.1 MILITARISMOS, HIERARQUIA E DISCIPLINA: UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A INSTITUIÇÃO MILITAR NO BRASIL

A Polícia Militar, “(...) órgão repressivo do Estado (...)” (BRASIL, 1989, p.08), que possui como sua principal atribuição a manutenção da ordem e a paz social, é uma instituição que surgiu no Brasil logo no início de sua história, com a chegada da Família Real portuguesa ao País, que nesse momento era colônia de Portugal. Essa ocasião tornou-se necessário a criação de algum equipamento que pudesse manter os nobres, que recém-chegados a Terra de Santa Cruz,<sup>8</sup> em segurança.

Sobre as Guardas Municipais é importante lembrar que essas não conseguem atender as necessidades do momento e que por isso abrem as condições necessárias para a criação de outra organização que suprisse a sua incapacidade. (RIBEIRO, 2011, p. 02)

Nesse período, as polícias não estavam constituídas como estão hoje, não possuíam um caráter profissionalizante, eram instituições em construção. Com o passar dos anos e a consolidação do Império no Brasil é que essa instituição recebe

---

<sup>8</sup>Terra de Santa Cruz foi o segundo nome dado ao Brasil pelos portugueses, logo após a chegada de Pedro Álvares Cabral. Foi denominado Terra de Santa Cruz, com o objetivo de refletir o sentido da propagação da fé católica.

funções mais específicas, com todas as atribuições jurídicas necessárias para o funcionamento de uma polícia militar, além de definir uma hierarquia e disciplina corporativas aos seus integrantes (RIBEIRO, 2011).

Por muito tempo, a manutenção da ordem social foi tratada como um problema de cunho privado, onde um determinado grupo de sujeitos, estes pertencentes à classe elitista, eram os responsáveis pela aplicação da justiça criminal. Só com o passar dos anos e o fortalecimento do Estado-nação é que a “segurança pública” deixa de ser um instrumento que zela apenas pela ordem, passando também a prover mecanismos de controle social, tornando-se necessário a profissionalização das polícias (VALENTE, 2012).

Segundo Ribeiro (2011), a origem das polícias militares estaduais está atrelada a criação da Guarda Real de Polícia, a qual era totalmente subordinada ao Ministério da Guerra e da Justiça Portuguesa, sua estruturação seguia o modelo de um exército, característica que ainda está presente na PM até os dias de hoje, servindo como uma instituição paramilitar. Os trajes utilizados por esses agentes passaram a assemelhar-se aos trajes de combate dos militares regulares, nesses uniformes faziam-se uso de apetrechos com tarjas com “nome de guerra”, as intitulações correspondentes ao nível de posição na escala hierárquica, além de insígnias referentes à trajetória institucional policial. (MUNIZ, 2001).

A militarização das PMs vai muito além da assimilação do modelo organizacional e de atuação do Exército, ela perpassa também a sua atuação, que ficou muito distante “(...) das atividades rotineiras e convencionais de uma polícia urbana, uniformizada, não investigatória e voltadas para as atividades civis de policiamento, que um dia, fundamentaram a sua criação” (MUNIZ, 2001, p.182).

Art. 9º. A disciplina militar é o exato cumprimento dos deveres do militar estadual, traduzindo-se na rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e ordens por parte de todos e de cada um dos integrantes da Corporação Militar (CEARÀ, Lei nº 13.407, 2003, grifo nosso).

Essa instituição desde o período do Segundo Império atua como uma força de reserva e auxiliar do exército, utilizada em guerras, para o controle de rebeliões, revoltas populares e motins, fato que ainda encontra-se presente em nosso cotidiano e que ficou mais explícito, para a sociedade, nas Movimentações de



Junho do ano de 2013<sup>9</sup>. Em outras palavras, realizam o serviço de contenção da população - daqueles que ameaçam a tranquilidade e a paz pública com suas manifestações de insatisfação política. Às PMs cabe a função preventiva e repressiva de controle e manutenção da ordem e da segurança pública. São atividades que buscam a “normalidade” e a “boa ordem”, além da “boa conduta” dos membros da sociedade (MUNIZ, 2011).

No período de Ditadura Militar (1964-1985)<sup>10</sup>, as PMs passam a exercer um papel mais ativo, pautado na repressão e no autoritarismo, contribuindo para a formulação de uma imagem negativa, “(...) carregada de uma simbologia em torno da truculência desses atores sociais.” (SALES, 2013, p. 79). Sua operacionalidade, nesse período, utilizava-se principalmente das vigilâncias de “‘pontos sensíveis’ como estações, torres de transmissão de energia, instalações de tratamento de água, etc” (VALENTE, 2012, p. 208). Houve uma intensificação da militarização e uma centralização das atividades na instituição policial, desde o golpe de 1964 que deu sustentação a esse regime ditatorial até o período de redemocratização no Brasil, pois esse aparelho estatal além de possuir um contingente maior que os das Forças Armadas, também possuíam armamentos melhores, além de atuar no controle próximo das forças de oposição ao regime militar. Esse endurecimento na atuação das Polícias Militares foi respaldado por decretos governamentais (os atos institucionais), que permitiam o uso abusivo da força, onde a repressão passou a ser uma característica marcante das policiais militarizadas, passando a ser vistos como “pequenos exércitos estaduais” (VALENTE, 2012).

Com o fim da Ditadura Militar, o País passou por um período de redemocratização, a outorga da Constituição Cidadã de 1988, até então vigente e

---

<sup>9</sup>As movimentações de junho de 2013 foram ações populares que levaram as ruas milhares de pessoas para protestarem contra a inconstitucionalidade política. Esses movimentos tiveram como estopim o aumento da tarifa de ônibus na cidade do Rio de Janeiro, em 17/06/2013 e que ao longo dos protestos os movimentos sociais juntaram-se em uma só voz para pressionar o governo a exercer seu real papel, que é o de promover políticas públicas de qualidade, como saúde e educação. Além disso, houve uma grande movimentação contra a Copa do Mundo de 2014 que seria sediada no Brasil. Esses fatos acabaram sendo tratados pelo governo de forma repressiva, onde as polícias militares reagiram com violência, tratando os manifestantes de forma opressora.

<sup>10</sup>A Ditadura militar no Brasil teve seu início com o golpe militar de 31 de março de 1964, os militares assumiram o poder, resultando no afastamento do Presidente da República, João Goulart, e tomando o poder o Marechal Castelo Branco. Esse período durou até a eleição de Tancredo Neves em 1985. Os militares na época justificaram o golpe, sob a alegação de que havia uma ameaça comunista no país. Esse período ficou marcado na história do Brasil através da prática de vários Atos Institucionais que colocavam em prática a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a falta total de democracia e a repressão àqueles que eram contrários ao regime militar.

que caracteriza esse período ao qual vivemos como Estado Democrático de Direito, e, apesar da redemocratização do Brasil, grupos representativos da sociedade brasileira e de entidades de direitos humanos ainda tentam realizar a desmilitarização das polícias, “já que em uma democracia não há necessidade de organizações com caráter militar na manutenção, pela força, de uma ordem interna” (LEITE, 2012, p.209). Apesar da luta para que a desmilitarização seja uma realidade, também existem grupos contrários a esses movimentos, que com apoio de classes conservadoras e de veículos de comunicação em massa defendem abertamente (como os programas policiais) intervenções violentas e autoritárias por parte das polícias para que possa ocorrer um controle da ordem pública, correntes que acabam mobilizando sentimentos coletivos de insegurança e de instabilidade da paz social.

Em toda a história da PM podemos perceber que sua atuação sempre foi voltada para a legitimação dos projetos políticos existentes no Brasil, mesmo quando esses projetos pregavam ideologias distintas, marcada por práticas sempre legitimadas pelo Estado, utilizando-se, na maioria das vezes, da violência e da repressão para a manutenção da ordem e do controle social.

Percebe-se que as polícias dos estados sempre vivenciaram dupla atribuição, como “polícia” e “Força Militar” nas questões de “segurança pública, segurança interna e segurança nacional”. Fizeram-se presentes em todos os “regimes políticos e formas de governo, [...] não se restringindo aos períodos como a ditadura de Vargas, em 1937 a 1945 e a ditadura militar de 1964 a 1984”. Sempre foram mobilizadas e empregadas quando da “conveniência da União”. (MEZZOMO, 2005, p.31 *apud* RIBEIRO, 2011, p.10).

Apesar das mudanças que ocorreram na segurança pública, é válido ressaltar que a Constituição de 1988 apesar de ter retirado do exército o controle das PMs, passando a serem geridas pelos governadores estaduais,

(...) é significativo sua insistência em manter os dispositivos sobre as instituições policiais dentro do título ‘Defesa do Estado e das Instituições Democráticas’, onde também se trata de Estado de Defesa, o Estado de Sítio e Forças Armadas. Além disso, as PMs e os Corpos de Bombeiros Militares foram mantidos como forças auxiliares do Exército, sendo seus membros militares. (LEITE, 2012, p.210).

A transição democrática do Brasil é um processo inacabado, pois o País insiste em manter um modelo de polícia que, muitas vezes, em suas intervenções

continua atrelado à defesa do Estado e à ideia de segurança nacional, não dando ênfase, a real função das polícias, órgão movido pelas forças públicas e que possui como principal atribuição à garantia dos direitos dos homens e dos cidadãos (Monjardet, 2003). Práticas como tortura, violência, assédio moral e corrupção ainda continuam presentes nas práticas policiais dessas instituições que acabam por reforçar velhas práticas de arbítrio e violação de direitos, principalmente, junto às populações mais vulneráveis e moradoras das periferias que precisam de segurança.

O assédio moral entre os agentes das PMs está ligado ao modo como a mesma constitui-se, um modelo hierarquizado em que os mais afetados por essa estrutura são, principalmente, os agentes que ocupam baixas patentes na hierarquia militar (as praças), pois além de estarem submetidos a atividades enquadradas, prescritas, ordenados por um número elevado de autoridades militares que fazem parte da instituição, ainda devem obediência a outras agências do Estado (MOJARDET, 2003), como a própria Secretaria de Segurança Pública (SSP) , que ordenam atividades, abrem processos, etc, de forma imperativa e, muitas vezes, movidos por interesses particulares e escusos .

A hierarquia entendida como ordenação progressiva de autoridade, é necessária para fixar funções e responsabilidades, enquanto que a disciplina, entendida como obediência às funções que se deve desempenhar, é fundamental para o desenvolvimento regular das atividades. Em todas as instituições públicas, independentemente do grau de complexidade, existe uma ordenação hierárquica de funções e a necessidade de observância fiel das funções por cada servidor para concretização dos fins que se destinam. (LOUREIRO, 2004)

A origem dos modelos hierarquizados está estritamente ligada ao poder disciplinar, Segundo Foucault (2014) esse poder tem como função maior o “adestramento” dos corpos, pois corpos nessa condição, obedecem, são leais, e podem ser utilizados para qualquer fim, tendo em vista que se manipulam e modelam-se para um constante aperfeiçoamento nas funções designadas. Importa ressaltar que em qualquer modelo de sociedade o corpo sempre estará preso no interior de poderes, que lhe impõem limitações, obrigações e proibições, podendo sofrer sanções disciplinares aqueles que fugirem das regras impostas. “(...) as disciplinas dão, na base, garantia da submissão das forças e dos corpos.” (FOUCAULT, p. 214, 2014).

A grande problemática quando nos remetemos à questão da disciplina dos indivíduos, tendo como foco a obediência, é de como os processos disciplinadores são postos e quais os métodos utilizados para impor autoridade, em muitas situações, como afirma Mojardet (2003), alguns comandos hierárquicos usam do constrangimento para que exista a legitimação dos processos e a afirmação do exercício de poder das pessoas que se encontram em cargos que possuem subordinados, vale ressaltar que esses constrangimentos, quando utilizados em uma organização de trabalho dominada por uma vida coletiva hierarquizada, tornam-se fatores que ocasionam diversas perdas no espaço laborativo, pois abrange tarefas desiguais aos membros da instituição e que ocupam o mesmo lugar na escala de funções. Como aponta a pesquisa do referido autor com membros da corporação policial da França em que os agentes entrevistados afirmaram que as formas de comando dos superiores refletem na motivação e também na atuação dos policiais que estão operacionalizando as tarefas. Como afirma o entrevistado X da pesquisa de Mojardet (2003, p.139) “ (...) ele pode nos exigir muito, (ou a gente aguenta muita coisa) por que com ele em Manutenção da Ordem a gente sente confiança’.” Mas em muitos casos existe um sentimento totalmente inverso ao depoimento anterior, como o da seguinte fala : “ ’ [c]om o Fulano, é preciso rezar prá não haver violência, senão a gente logo parte pra guerra’.” (MOJARDET, 2003, p.139)

O modelo hierarquizado das Polícias Militares tem sua base no modelo de hierarquia das Forças Armadas<sup>11</sup>, onde cada membro da corporação possui um nome, que intitula sua patente e suas funções. Na escala da hierarquia sempre haverá alguém, que dita ordens, em contrapartida também existirá aqueles que as obedecem.

Art. 3o. A hierarquia militar estadual é a ordenação progressiva de autoridade, em graus diferentes, da qual decorre a obediência, dentro da estrutura da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, culminando no Governador do Estado, Chefe Supremo das Corporações Militares do Estado. (CEARÁ, Lei nº 13.407, 2003)

A rigurosidade que é encontrada nas normas disciplinares que regem a PM de nenhum modo ou em nenhuma circunstância deveria confundir-se com autoritarismo, fato que infelizmente faz parte do dia-a-dia de quem optou por seguir a carreira de militar, principalmente, os integrantes dessa instituição que ocupam

---

<sup>11</sup> As Forças Armadas Brasileiras constituem-se do Exército, da Aeronáutica e da Marinha.

lugar de baixas patentes, essa problemática apresenta-se corriqueiramente para aqueles que na escala de autoridade fazem parte da categoria de soldado, onde a lei que rege o cotidiano de trabalho resume-se no famoso ditado popular brasileiro do “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, pois as sanções disciplinares, em muitos casos, são severas e desproporcionais a infração.

Essas punições, no estado do Ceará, são regulamentadas pelo Código Disciplinar da PMCE e do CBM<sup>12</sup>, que “(...) dispõe sobre o comportamento ético dos militares estaduais, estabelece os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativo disciplinar dos militares estaduais e dá outras providências”. (Ceará, Lei nº 13.407, 2003).

As sanções disciplinares impostas aos policiais militares vão desde uma mera advertência verbal, que será aplicada quando esses vierem a cometer uma falha considerada leve, podendo até mesmo resultar em uma detenção, onde o agente será privado de sua liberdade em sua subunidade, sem realizar qualquer tarefa de seu cotidiano, e que por estar detido (preso) e não realizando sua escala de trabalho, o mesmo ficará sem receber seu salário proporcionalmente aos dias em que estiver cumprindo essa medida disciplinar. Vale ressaltar que os militares, cumprindo detenção por sanção disciplinar, também não possuem direito a Habeas Corpus, garantia constitucional destinada à defesa da liberdade de locomoção. Os mesmos também poderão ser demitidos ou expulsos da corporação, essa sanção é aplicada em casos mais graves. São, portanto dispositivos de poder disciplinar negadores de direitos e que ferem a ordem constitucional no Estado Democrático de Direito.

A estrutura de poder hierárquico disciplinar da instituição militar vem sendo um assunto debatido tanto em campos acadêmicos, por pesquisadores da área, bem como por seus próprios integrantes. Nesses espaços de discussão são levantadas diversas problemáticas que surgem a partir das condições de trabalho e da forma como as relações de hierarquia e de disciplina são efetivadas, problemas esses que podem trazer sérios prejuízos para a vida profissional e pessoal de seus membros.

---

<sup>12</sup> Polícia Militar do Ceará e Corpo de Bombeiro Militar.

## 2.2 O COTIDIANO DO MEDO: DIFICULDADES DO TRABALHO POLICIAL

O fenômeno do medo, não apenas aquele transmitido pela corporação militar nos território e junto às populações estigmatizadas, mas também o vivido cotidianamente entre os agentes dessa instituição perpassa os problemas sociais, ao qual a sociedade brasileira e mundial vivenciam há muito tempo e que vem agravando-se no decorrer dos anos.

Nas falas dos sujeitos entrevistados que fizeram parte desse estudo, a palavra medo está inscrita não somente no imaginário de quem faz parte dessa profissão, está presente no cotidiano de trabalho, nas diversas formas em que presenciaram a questão da violência e da criminalidade nas suas atividades, além de perpassar as relações de poder na constituição de sua corporação, “(...) baseadas em práticas de autoritarismo e do modo de dominação que os policiais militares chamam de ‘militarismo’” (SALES, 2013, p. 79), vejamos uma fala de um dos nossos interlocutores que expressa a maneira de como esses policiais são tratados e desvalorizados:

(...) Esse é o grande erro do militarismo, é misturar política (...) Não dá certo o militarismo na polícia militar, não dá certo. A polícia deveria ser uma única só, estadual, para não ter esses absurdos que a gente vê por aí. O policial militar ele não pode questionar, ele tem que obedecer (...) por mais absurda que seja uma ordem, se ele questionar ele pode ser preso por insubordinação, pode ser preso (...). Aí a gente tem medo né? A gente não tem poder de voz... Nós somos apenas executores de ordens... Até hoje tem policial com 18 anos de serviço, não tem uma punição, mas ainda é soldado, sabe por quê? Por que é mais interessante ter soldados, que recebam e cumpram ordens, que tenham medo de ser punidos, assim a gente fica acorrentado... (Entrevista com soldado y da PMCE realizada em 16/11/2015).

Diante do exposto podemos inferir que o medo, principalmente de sofrer sanções, tem uma forte influencia nas formas como as pessoas se comportam, mesmo não concordando com as ordens que recebem, as operacionalizam sem ao menos indagar se é certo ou errado.

As situações de vulnerabilidade, das circunstâncias que perpassam as falas dos PMs que afirmam: “saímos de casa sem saber se voltamos vivo”, ou dos comentários que ouvimos: “nem em casa estamos seguros”, “nossa famílias estão sempre em perigo”, são riscos iminentes de perda da vida, os quais são fatores que causam graves problemas de sofrimento e angústia. Porém a referência entre medo, covardia e a vergonha, assume um forte significado dentro da PM, pois os agentes

que a compõe devem mostrar-se sempre firmes, haja vista que são vistos como máquinas e não como seres humanos, prontos a atender os chamados (SALES, 2013). Contudo, como afirmam Brito e Barp (2008, p. 21), “o medo, (...) é inerente à nossa natureza: é um sentimento que nos perturba, que traz inquietação, sobressaltos, que exige providências e o cálculo de riscos, enfim, ele faz parte do cotidiano.”, sendo impossível não senti-lo.

(...) Principalmente aqui na cidade de Fortaleza, o serviço policial exige que você seja uma máquina... é até uma maneira de você se blindar... Ninguém vai te chamar pra comer um pedaço de bolo, pra jogar conversa fora (...) só nos chamam pra resolver desgraça (...) Mas não é culpa sua, a gente tem que entender que a culpa é do serviço e se a gente não entendi isso, a gente vai endoidar. (...) É muita desgraça que a gente vê e presencia, se a gente não toma cuidado, morre, ou nosso companheiro morre na nossa frente. (Entrevista soldado x da PMCE, realizada em 17/11/2015)

Exposto ao perigo iminente, tendo em vista que exercem suas atividades cotidianas de trabalho na rua, expostos a diversas situações que podem gerar pânico, os policiais militares realizam cotidianamente atividades que possuem um alto grau de periculosidade, tendo em vista que são esses profissionais que assumem a linha de frente na Política de Segurança Pública. Por meio do policiamento ostensivo, ficam expostos as vulnerabilidades que o ambiente de trabalho ocasiona, pois operacionalizam suas atividades uniformizados, dessa forma, logo que se apresentam são visualizados como PMs, e dependendo do local onde estejam inseridos essa característica, desse tipo de policiamento, pode tornar-se um perigo a vida desses indivíduos.

Além desses fatores, os maus tratos e humilhações pelos quais os policiais passam dentro da corporação militar, iniciados nos treinamentos militares, são situações vexatórias, que expõem esses agentes a humilhações desumanas e até mesmo a torturas, como nos casos veiculados pelo Jornal de Brasília em 20 de setembro de 2014<sup>13</sup>, onde os agentes estavam participando do Curso de Operações Especiais (COESp) e que foram obrigados a ingerir vômito dos colegas. A matéria em questão constitui-se de uma denúncia feita por dois agentes que presenciaram essa situação “desumana”.

---

<sup>13</sup> Matéria: Treinamento da PM vai até o limite da tolerância, publicado pelo Jornal de Brasília em 20/11/2014. Ver matéria íntegra em: <http://www.jornaldebrasil.com.br/noticias/cidades/574625/treinamento-da-pm-vai-ate-o-limite-da-tolerancia/>

Segundo o levantamento de 2014, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Fundação Getúlio Vargas e Secretaria Nacional de Segurança Pública, 28% dos policiais ouvidos afirmaram ter sido "vítima de tortura em treinamento ou fora dele" e 60% narraram situações de desrespeito ou humilhação por superiores hierárquicos. (FRANÇA, 2014)

França, capitão da PM, realizou uma pesquisa, no ano de 2014, junto a policiais militares de diversos estados que participavam de treinamentos, o mesmo afirma em uma entrevista concedida a BBC Brasil, que a metodologia utilizada nos treinamentos militares caracteriza-se como uma "pedagogia do sofrimento". A crença geral é que o treinamento baseado em violência psicológica, moral e até física é necessário para condicionar o corpo e a mente dos soldados para vencer o medo e o perigo e ter coragem para o embate no que seria uma guerra urbana<sup>14</sup>.

Na referida pesquisa mostra diversas falas de soldados que relataram diversas situações de tortura em que foram submetidos no treinamento militar. Um soldado expôs que além de banho de água gelada na madrugada teve também que inalar gás, afirmou ainda que os oficiais os colocaram dentro de uma sala, mandaram que eles tirassem a camisa e a colocassem no olho, gasaram (lançaram gás lacrimogêneo ou de pimenta) a sala e desmontaram a pistola para que eles a montassem, e só saía da sala quem conseguisse montar a pistola corretamente.

O Jornal O GLOBO, na matéria divulgada em 22 de julho de 2015<sup>15</sup>, também expõe casos de humilhação e assédio moral por parte dos PMs que realizavam treinamento militar no Estado do Ceará, imitando a fala dos oficiais, o ex-soldado Darlan Menezes relata as diversas formas em que foi exposto ao ridículo nesses treinamentos. "Bora, bora, você é um bicho. Você é um jumento, seu gordo!", essa fala era repetida diversas vezes durante o dia, o ex-soldado ainda expõe que corriqueiramente o oficial parava ao seu lado e gritava próximo ao seu ouvido essa frase, que para ele virou um mantra diário. Além disso, afirma que nesses treinamentos acontece o adestramento dos corpos daqueles que fazem parte do

---

<sup>14</sup> Afirma França, em entrevista concedida a BBC Brasil, publicada no dia 05 jan. 2016, momento em que relaciona esse fenômeno a "herança ditatorial" das PMs do Brasil.

<sup>15</sup> Matéria: O cruel treinamento militar que deforma os policiais do Brasil, publicado pelo O GLOBO em 22/07/2015. Ver matéria na íntegra em: <http://noblat.oglobo.globo.com/geral/noticia/2015/07/o-cruel-treinamento-militar-que-deforma-os-policiais-do-brasil.html>



treinamento, é quase como um adestramento de cachorro, que quando finalizam as aulas está pronto para atacar a sociedade de forma truculenta e opressora.

Parecia que tava adestrando um cachorro. O soldado é treinado pra ter medo de oficial e só. O treinamento era só mexer com o emocional, era pro cara sair do quartel igual a um pitbull, doido pra morder as pessoas. (Jornal O GLOBO, 22/07/2015)

É nesse contexto em que o policial vivencia seus dramas pessoais e profissionais, em meio à violação de direitos sofrida diariamente, a degradação de seus corpos e de sua dignidade, além de não poder mostrar seus medos, suas limitações, suas angústias, pois é passível de sofrer penalidades e perseguições por parte de superiores hierárquicos.

### 3 O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

A preocupação com as condições da saúde do trabalhador teve sua gênese em meio a Revolução Industrial no século XVIII, pois foi um fenômeno em que colocou em risco, pelas condições de trabalho, a saúde do proletariado, tendo em vista que nesse momento histórico a força de trabalho passa a ser vista como máquina, devendo dar produção aos seus empregadores para a obtenção de lucro, diferentemente de períodos anteriores a consolidação do meio de produção capitalista, onde aqueles que trabalharam em sociedades servis e escravocratas não tinham grande importância no que diz respeito ao processo de adoecimento, pois o adoecer era tido como castigo, além disso, essas pessoas eram vistas como animais e não como seres humanos, pois eram meras “(...) ferramentas, sem história, sem progresso, sem perspectivas, sem esperança terrestre, até que, consumidos seus corpos, pudessem voar livres pelos ares ou pelos céus da metafísica.” (GOMEZ e COSTA, 1997, p. 22).

As longas jornadas de trabalho, em ambientes sem quaisquer condições favoráveis a saúde, as quais também eram submetidos mulheres e crianças, tornavam-se, frequentemente, incompatíveis com o progresso na qualidade de vida desses indivíduos. Além disso, a aglomeração humana em pequenos espaços e, muitos deles, insalubres, eram territórios propícios a disseminação de doenças infectocontagiosas, ocasionando, na maioria dos casos, graves epidemias, que chegaram até mesmo a disseminar populações.

Dejour (1992) em sua obra intitulada “A Loucura do Trabalho” enfatiza que a partir desse período o aparelho psíquico também passa a sofrer com as novas condições de vida e de labor, porém a primeira vítima do sistema capitalista é o corpo, gerando graves impactos na mente dos indivíduos que se encontravam nessas condições.

(...) não é o aparelho psíquico que aparece como primeira vítima do sistema, mas sobretudo o corpo dócil e disciplinado, entregue, sem obstáculos, à injunção da organização do trabalho,(...). Corpo sem defesa, corpo explorado, corpo fragilizado pela privação de seu protetor natural, que é o aparelho mental. (DEJOUR, 1992, p. 19)

O processo de inserção de máquinas como ferramenta de trabalho gerou um grande número de acidentes, que podiam acarretar até mesmo perda de

membros. A inserção de médicos dentro das unidades fabris representa uma tentativa dos empregadores de descobrir as causas que geravam os acidentes, bem como as epidemias, que chegaram a disseminar várias populações, além de ser uma ferramenta de recuperação do trabalhador, já que sem eles as fabricas não possuíam meios de manter sua linha de produção. O processo de inserção de profissionais da área de saúde no espaço laborativo deu início à criação da Medicina do Trabalho, mantida até os dias atuais (Gomez e Costa, 1997).

A criação da Medicina do Trabalho, apesar de ser um avanço no campo fabril também representou um modelo de saúde pautado na teoria da casualidade, ou seja, para cada patologia um estudo sobre a causa e a origem da mesma, no âmbito do trabalho esse fenômeno constitui-se no isolamento de riscos específicos, atuando sobre as consequências das doenças. Dessa forma, “as medidas que deveriam assegurar a saúde do trabalhador, em seu sentido mais amplo, acabam por restringir-se a intervenções pontuais sobre os riscos mais evidentes” (GOMEZ e COSTA, 1997, p.23), além das atuações serem pontuais na individualidade, deixando de lado os fatores coletivos, que também ocasionavam prejuízos no âmbito da saúde.

O tema em questão chega ao Brasil no momento da Reforma Sanitária, ou seja, a importância de trazer a tona às problemáticas ocasionadas pelo espaço laborativo e as condições de trabalho na saúde dos trabalhadores só emerge nos anos 80 do século XX, nas discussões que ocorreram na VII Conferência Nacional da Saúde e pela I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, sendo fatores decisivos na nova maneira como a saúde poderia vir ser tratada, tornando-a um direito de todos e dever do Estado na Constituição de 1988.

Essa nova forma de pensar saúde gera discussões que possuem como características básicas, segundo Agostine (2002, p.379)

- um novo pensar sobre o processo saúde-doença e o papel exercido pelo trabalho na sua determinação;
- o desvelamento circunscrito, porém inquestionável, de um adoecer e morrer dos trabalhadores caracterizado por verdadeiras ‘epidemias’ tanto de doenças profissionais clássicas quanto de ‘novas’ doenças relacionadas ao trabalho;

- a denúncia das políticas públicas e do sistema de saúde, incapazes de dar respostas às necessidades de saúde da população e dos trabalhadores, em especial;
- novas práticas sindicais em saúde, traduzidas em reivindicações de melhores condições de trabalho, mediante a ampliação do debate, circulação de informações, inclusão de pautas específicas nas negociações coletivas, da reformulação do trabalho da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPAS) no âmbito da emergência do novo sindicalismo.

No ano de 2012 o Ministério da Saúde lança a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, visando à redução de doenças e acidentes relacionados ao trabalho, mediante a execução de programas e projetos que promovam ações de promoção, reabilitação e vigilância do trabalho. Diferentes medidas são tomadas a partir dessa implementação, sem diferenciar trabalhadores da zona urbana ou rural, a forma de inserção no mercado de trabalho e do vínculo empregatício.

São responsabilidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios assegurar a oferta regional das ações e dos serviços de saúde do trabalhador e desenvolver estratégias para identificar situações que resultem em risco à saúde, adotando medidas de controle. (PORTAL BRASIL, 2012)

Houve um grande avanço no campo da saúde, principalmente, quando tratamos de saúde do trabalhador, as mudanças sociais, tecnológicas e organizacionais estão dando um grande suporte para frear os processos de adoecimento já existentes; porém, as novas configurações no estilo de vida da população faz com que novas formas de adoecer venham à tona e é de sua importância destacar que ainda nos dias de hoje não está havendo uma implementação de medidas preventivas, protetivas, e de controle, que hajam de forma permanente, como nos casos de adoecimentos mentais, para que existam, de fato, medidas que possam amenizar os danos causados pelas diversas síndromes que estão, a cada dia, assolando a classe trabalhadora.

Dados publicados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2013 mostram que existe uma estimativa de 2,34 milhões de pessoas que morrem anualmente em decorrência de acidentes e doenças relacionadas com o trabalho. As mortes ocasionadas por doenças ocupacionais são causadas por diversos tipos de enfermidades, que podem ser tanto físicas quanto psicológicas. A OIT também estima que, em todos os anos, ocorrem 160 milhões de doenças não letais ligadas à atividade profissional.

Ainda segundo o estudo supracitado, os tipos e tendências de doenças ocupacionais variam muito, por exemplo, no ano de 2010, foi notificado na China um total de 27.240 casos de doenças profissionais, das quais 23.812 foram causadas por exposição a poeiras no local de trabalho, ocasionando, principalmente, doenças respiratórias. Na Argentina, também no ano de 2010, houve uma grande notificação de doenças ligadas a perturbações músculo-esqueléticas (PME). No ano de 2011, no Japão as doenças que tiveram maior repercussão foram às relacionadas com dores nas costas, como lombalgia, e doenças provenientes de exposição generalizada à sílica, pneumoconioses, além de ter indenizado 325 casos de doenças mentais.

As doenças provenientes do trabalho podem custar sérios prejuízos aos trabalhadores e suas famílias, levando-os, até mesmo, a pobreza, a incapacidade e, conseqüentemente, a redução na produtividade, acabando por agravar os gastos na área de saúde. A OIT estima que os acidentes de trabalho e as doenças profissionais resultam em uma perda anual de 4 % no produto interno bruto (PIB) mundial, ou cerca de 2,8 bilhões de dólares, em custos diretos e indiretos de lesões e doenças. Na União Europeia (EU) estimou-se que o custo das doenças profissionais é, no mínimo, de 145 milhões de euros por ano na UE. O Governo francês estima que o custo das indenizações por doenças relacionadas com o amianto, para o período entre 2001 e 2020, situar-se-á entre 27 e 30 milhões de euros, o que equivale a 1,3 a 1,9 milhões de euros anuais. Nos Estados Unidos (EUA), fontes indicam que as seguradoras pagaram 21,6 milhões de dólares em casos de exposição ao amianto no período entre 1990 e 2000, adicionalmente aos 32 milhões de dólares pagos em indenizações pelas empresas que estão sendo processadas judicialmente. Na República da Coreia, o custo econômico das doenças músculo-esqueléticas foi de 6,89 milhões de dólares, o que corresponde a 0,7 % do produto interno bruto do país em 2011. Estima-se que, na Nova Zelândia, estas mesmas doenças tenham custado ao serviço de saúde mais de 4,71 milhões de dólares por ano, o que representa cerca de um quarto do total de gastos anuais em cuidados de saúde.

### 3.1 SÍNDROME DE BURNOUT

Byun-Chul Han (2015) em seu estudo intitulado por “Sociedade do Cansaço” revela que as pessoas do Ocidente do século XXI estão sofrendo com esgotamento físico e mental, ocasionando um estado interior de doenças neuronal, que são doenças como depressão, síndrome de hiperatividade, transtorno de personalidade limítrofe (síndrome do esgotamento profissional) também conhecido por síndrome de Burnout, problemas, relacionados ao trabalho, que afetam a saúde mental dos indivíduos e que vem se tornando uma pandemia global.

Toda época tem as suas enfermidades emblemáticas. Assim, existe uma época bacteriana, que, no entanto, chega ao fim com a descoberta dos antibióticos. Apesar do medo manifesto da pandemia gripal, atualmente não vivemos uma época viral. Deixamo-la para trás graças à técnica imunológica. O começo do século XXI, de um ponto de vista patológico, não seria nem bacteriana nem viral, mas neuronal. (HAN, 2015 p. 20).

O estresse é um dos fatores determinantes para o acometimento de doenças mentais, esse fenômeno está presente na humanidade desde sua gênese, que possui por condicionantes tanto por fatores biológicos, quanto por fatores pessoais, trazendo transtornos para todos os tipos de pessoas, independente de sexo, idade e classe social, porém uma variável que vem ganhando grande espaço nas pesquisas que tratam de doenças psicológicas condicionadas pelo estresse é a profissão (Pereira, 2011).

O estresse característico do ambiente de trabalho é denominado “estresse ocupacional”. Quando ocorre a cronificação do estresse ocupacional, como resposta e forma, mesmo que inadequada de enfrentamento, pode vir a ocorrer o que tem sido designado como síndrome de burnout. (PEREIRA, p. 02, 2011)

A síndrome de Burnout expressa o modo de vida em que a sociedade do século XXI está levando, uma sociedade altamente estressada, pois a classe trabalhadora atual não possui tempo para lazer, às atividades laborativas estão consumindo até mesmo as horas que deveriam ser destinadas ao descanso, acarretando vários fenômenos negativos como a depressão, agravando-se com o consumo de álcool e de drogas psicoativas, levando esses sujeitos até mesmo a cometerem suicídio, pelo tamanho sofrimento que essa doença ocasiona.

O stress relacionado com o trabalho e as suas consequências para a saúde tornaram-se numa questão extremamente preocupante. As empresas estão cada vez mais a ser confrontados com casos de assédio psicológico, intimidação, assédio moral, assédio sexual e outras formas de violência.

Numa tentativa de lidar com o stresse, os trabalhadores poderão recorrer a comportamentos pouco saudáveis, tais como o abuso de álcool e drogas. Foram identificadas relações entre o stresse e doenças músculo-esqueléticas, cardíacas e do sistema digestivo. Se prolongado, o stresse relacionado com o trabalho pode contribuir para o surgimento de doenças cardiovasculares graves. Além disso, a crise econômica e a recessão levaram a um aumento do stresse relacionado com o trabalho, da ansiedade, da depressão e de outros distúrbios mentais, tendo mesmo conduzido algumas pessoas ao extremo do suicídio (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2013, p. 06).

A síndrome do esgotamento profissional possui como fio condutor a exaustão emocional do trabalhador, aparecendo com mais frequência em indivíduos que, de alguma maneira, trabalham diretamente com pessoas, como profissionais da educação, assistentes sociais, policiais, agentes penitenciários, etc (Sartori, Cassandre e Vercesi, 2008).

Essa síndrome é desencadeada através de vários fatores estressantes como: medo, violência e assédio moral, por exemplo.

O estresse ocupacional é o meio para se chegar ao Burnout, e esse é o resultado do acometimento crônico aquele. O estresse tem características positivas ou negativas, já o Burnout tem sempre caráter negativo. Sendo que o Burnout, esta relacionado com o mundo laboral, tipo de atividade, que comporta uma dimensão social, interrelacional, através da despersonalização, alteração da personalidade do trabalhador o que não ocorre no estresse. (PAULINO e LOURINHO, 2014, p. 67)

Pereira (2011) afirma que o Burnout é considerado um fenômeno psicossocial e que se constitui por três dimensões: exaustão emocional despersonalização e sentimento de baixa realização profissional.

A exaustão emocional apresenta-se fisicamente e psicologicamente, manifesta-se a partir de um grande cansaço, principalmente, no exercício da profissão, onde a sensação de vazio está sempre presente, possuindo também uma dificuldade de lidar com as emoções do outro, podendo originar explosões de fúria, bem como déficit de atenção e perda de memória frequente.

Na despersonalização, o uso de humor irônico no espaço de trabalho, usado, principalmente, com os colegas de profissão, faz parte das falas de indivíduos que são acometidos por esse problema, essa característica é uma dimensão defensiva dessa síndrome.

O sentimento de insucesso profissional refere-se ao sujeito que pensa que é ineficaz em suas funções, que não exerce um bom trabalho e que se sente

frustrado por não dar o mesmo significado a profissão como no início de sua carreira, começando a duvidar de suas capacidades. Conseqüentemente a esses sentimentos surgem à desvalorização, culpabilidade e a desmotivação.

Além disso, também pode ocasionar problemas físicos como os gastrointestinais, transtornos cardiovasculares, distúrbios do sistema respiratório, impotência sexual e alteração no ciclo menstrual das mulheres, fadiga, enxaqueca, distúrbios no sono, etc. No campo psíquico pode ocasionar falta de atenção e de concentração, alterações de memória, baixo autoestima, lentidão, depressão, paranoia, etc. Uma pessoa acometida por esse transtorno não necessariamente irá apresentar todos esses sintomas, isso dependerá do indivíduo, pois cada um possui suas particularidades, dos fatores ambientais, como a residência, a cidade de moradia, o âmbito familiar e profissional, além disso, a etapa de desenvolvimento da síndrome é um importante condicionante para o desenvolvimento dos sintomas (Pereira, 2011).

Os efeitos que essa doença ocasiona em seu portador pode ser percebida na vida pessoal, profissional e organizacional, esses sujeitos são acometidos por essa doença principalmente nos primeiros anos em que exercem a função, logo após sua estabilização, onde a ausência de recursos para melhorar as condições de trabalho pode ser um dos condicionantes a crise, gerando uma baixa produtividade e um alto grau de absenteísmo, comprometendo o ambiente de trabalho, gerando diversos conflitos interpessoais na organização (Sartori, 2006).

É de suma importância ressaltar que o Burnout é diferente de estresse ocupacional, o primeiro é a fase crônica da doença, resultante de um longo processo que se inicia pelo segundo, que quando não tratado de forma correta e no início pode acarretar sérios problemas ao trabalhador.



### 3.2 RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E ADOECIMENTO MENTAL DE POLICIAIS MILITARES DO CEARÁ

Segundo o decreto - lei 3.048/99<sup>16</sup>, as doenças mentais relacionadas com o trabalho são: neurose profissional, transtorno do ciclo vigila-sono, reação ao estresse grave/transtorno de adaptação e síndrome de burnout. Todos resultantes do fator estresse oriundo das relações de trabalho. As relações sociais tipificadas na citada norma legal causadoras dessas doenças são:

(...) reação após acidente do trabalho grave ou catastrófico, ou após assalto no trabalho, circunstância relativa às condições de trabalho, problemas relacionados com o emprego e com o desemprego, desemprego, mudança de emprego, ameaça de perda de emprego, ritmo de trabalho penoso, desacordo com patrão e colegas de trabalho (condições difíceis de trabalho), ritmo de trabalho penoso (...) (DECRETO-LEI 3.048/99).

Muitas dessas problemáticas podemos encontrar no trabalho policial, Fraga (2006) afirma que a atividade dessa categoria de profissionais é exercida de forma exaustiva, pois muitas vezes cumprem sua jornada de trabalho em pé, na maioria das vezes no mesmo local. Esse trabalho também é caracterizado por atividades repetitivas e incertas, pois como são agentes que presam pela segurança pública, os mesmos não sabem ao certo o que vão encontrar em seu cotidiano de trabalho. Devido o caráter ostensivo do policiamento o uso da farda é tido como instrumento obrigatório, ocasionando desconforto e sentimentos de insegurança quando se apresentam em serviço, pois logo que se apresentam, acabam sendo visualizados como militares, fato que pode acarretar riscos a sua integridade física, dependendo do local em que estejam exercendo suas atividades.

A rotina de trabalho dos PMs é um fator muito peculiar, tendo em vista que a escala constitui-se em regime de plantão, podendo ser 6 horas de trabalho por 18 horas de folga, 24 horas de trabalho por 48 horas de folga ou 24 horas de trabalho por 72 horas de folga. A particularidade desse trabalho é que mesmo nos dias de descanso esses policiais podem ser convocados para cumprir suas atividades policiais normalmente (estão 24 horas sobre aviso).

Assim, o trabalho dos PMs reveste-se de características muito peculiares: não possuem horários predeterminados, principalmente para o término do serviço, ou seja, não têm uma jornada fixa, como os outros trabalhadores. Além disso, depois que a escala de serviço acaba, os PMs estão sujeitos, ainda, ao atendimento de ocorrências. Significa dizer que eles têm de estar

---

<sup>16</sup> O decreto Lei 3.048/99 é um anexo que regulamenta a Previdência Social e as outras providências, o anexo II do referido decreto vem elaborando um quadro que expõe os agentes patogênicos causadores de doenças profissionais e do trabalho.

à disposição do Estado, ou melhor, da segurança da sociedade, por imposição legal, nas 24 horas do seu dia. (FRAGA, 2006, p.8).

Diante do exposto podemos perceber o caráter de dedicação exclusiva do policial à profissão, assim, ao assumir os compromissos da profissão, o policial não pode se omitir diante de fatos que necessitem de sua intervenção, dessa forma, inferimos que nenhuma atividade profissional dedica-se tão completa e intensivamente como a atividade do policial militar.

O trabalho no posto em equipes alternantes, que é o destino da maioria dos guardas, tem uma dificuldade própria, tanto em si mesmo (fadiga e perturbações dos ritmos fisiológicos) como por seus efeitos (problemas familiares e de inserção social). (MONJARDET, 2002, p.153)

Além dos fatores de caracterização das atividades desses profissionais, outros processos como a hierarquia e a disciplina são mecanismos muito fortes na organização militar, e são incorporados ao fazer policial de modo verticalizado mais do que em qualquer outra profissão, acarretando, muitas vezes, desmandos e violações de direitos por parte dos comandos superiores sobre a tropa.

Albuquerque e Machado (2001) pontuam que a PM possui uma cultura cheia de rituais, os quais não podem ser quebrados, como a formação, feita por cursos de capacitação, nivelamento e a formatura. Por meio desses rituais, os policiais aprendem e incorporam todas as normas, regras, códigos, leis e a cultura da instituição, são dispositivos de adestramento e controle que devem ser seguidos sob rígida disciplina hierárquica institucional. Nessa perspectiva, as patentes da polícia militar devem sempre obediência a alguém que esteja na parte superior da pirâmide de hierarquia, ou seja, os policiais praças sempre devem obediência aos oficiais, por exemplo, mesmo que eles não trabalhem juntos.

As questões da rotina do policiamento nas ruas, bem como essa questão da hierarquia e da disciplina podem acarretar sérios prejuízos à saúde física e principalmente mental dos policiais militares, tendo em vista que as pessoas que fazem parte dessa categoria profissional trabalham sob uma grande carga de pressão, além de o sentimento de medo sempre estar presente no cotidiano de trabalho, frente à situação de incerteza e tensão que caracteriza as atividades policiais; uma vez que ele será cobrado tanto pela corporação, quanto pela sociedade, por atos que venha a cometer estando em serviço ou não, além de fatores como atentados contra sua integridade física e de seus familiares.

O labor dos PMs e os impactos trazidos a sua saúde mental é abordado em vários estudos como o de Franco (2007), que em sua pesquisa aponta que os policiais estão em uma frequente rotina de estresse, causada pela pressão do trabalho, a violência eminente, a aproximação da morte tanto de vítimas, quanto de criminosos e até mesmo de colegas de profissão, essa aproximação com a morte também está presente na vida de todos os agentes, tendo em vista que na carreira militar os indivíduos que dela fazem parte são expostos, com mais frequência, a situações que colocam a vida em risco. Além do medo de errar, que também se faz presente no cotidiano de trabalho.

De acordo com Veríssimo (2009, p.194), podemos perceber diversas situações em que os policiais podem vir a errar, tendo como resultado sanções dentro da instituição:

(...) manter-se em pleno acordo com as normas disciplinares é uma coisa um tanto complicada em se tratando de policiais militares, em razão da extrema amplitude de tais regulamentos –feito para reger não só a conduta profissional dos policiais, mas também suas vidas pessoais. (...) O policial militar que não se barbeia antes de assumir o serviço, ou que assume com a farda em desalinho, ou é surpreendido na inobservância de uma das regras (...) está errado. E não raro seus superiores irão falar em seus ouvidos essa sentença. Seja o sargento para o soldado, o tenente para o cabo, ou o major para o tenente, etc. De qualquer maneira por uma séria de motivos é muito desconfortável estar errado para um militar.

Na PM os problemas mentais entre seus agentes estão sendo algo cada vez mais frequentes, segundo Rangel e Santos (2013) que expuseram dados disponibilizados pela Perícia Médica do Ceará, mostrando que é relevante o número de policiais que estão pedindo afastamento por Licença para Tratamento de Saúde (LTS).

A partir dos dados fornecidos pela Associação de Praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro do Ceará (ASPRAMECE) o número de LTS por motivo de tratamento psiquiátrico teve um aumento considerável nos anos de 2011 e 2012, porém nos anos de 2013 a 2015 o número de licenças psiquiátricas vem decaindo, fato que não está retrata a melhora da saúde desses agentes, essa queda no número de LTS está relacionado a diversas situações em que a instituição vem criando para amenizar o quantitativo de policiais em processo de afastamento.

Em 2011 foram solicitadas 3.575 LST, com uma média de 297 licenças por mês; em 2012 houve um aumento significativo passando a 7.474, uma média de 622 por mês, esse aumento segundo P. Queiroz, em entrevista ao jornal OPOVO no ano de 2015, foi devido à “caça a bruxa” feita aos policiais que integraram movimentos grevistas.

No ano 2013 houve um decréscimo das LST para um quantitativo de 5.571, uma média de 464 licenças, pois o governo lançou um programa de gratificação por metas de combate ao crime, ocasionando o retorno de vários policiais que estavam afastados para se beneficiarem financeiramente, tendo em vista que apenas os profissionais que estavam exercendo suas atividades policiais receberiam a gratificação.

No ano de 2014 também houve uma diminuição das LSTs, foram apresentadas 5.524 licenças, uma média de 460 por mês e no ano de 2015 as licenças psiquiátricas no período de janeiro a julho somaram um quantitativo de 1.724 casos de afastamento, essa diminuição, segundo a psicóloga Rebeca Moreira, em entrevista concedida ao jornal OPOVO no ano de 2015 está relacionada às questões da promoção, pois vários policiais retornaram as suas atividades, mesmo doentes, para conseguirem subir de patente, já que policiais afastados, mesmo por doença não podem ser promovidos. Estima-se que esse quantitativo seria muito maior se não houvesse perseguições e sanções aqueles que apresentam licenças por motivos psicológicos.

Com o passar do tempo você vai ficando indiferente, mas não por culpa sua, mas por culpa do serviço que falta lhe endoidar... Simplesmente você endoida... (...) E se o camarada for atrás de um psiquiatra ou um psicólogo e colocar uma licença psicológica o comando vai lhe perseguir, dizendo que você está enrolando (Entrevista com soldado y da PMCE, realizada em 16/11/2015).

Embora os dados lançados sejam alarmantes e que exista um Centro Biopsicossocial da PMCE na cidade de Fortaleza, criado no ano de 2009 e possuir como missão tratar policiais com dependência química e com transtornos mentais, possuindo ações de prevenção, tratamento e reinserção desses agentes no ambiente familiar, social e profissional; possuindo atendimento psicológico e de serviço social aos PMs do Ceará, os serviços oferecidos não são divulgados, muitos

soldados nem ao menos sabem como esse centro funciona e como ter acesso aos serviços oferecidos por ele.

Não existe nada de acompanhamento psicológico não. Existe um núcleo de assistência psicossocial da PM... Eu só ouvi falar só, mas acompanhamento psicológico tem não... Tipo, você sofreu uma situação de estresse muito grande, como trocar tiros, como já aconteceu comigo, ninguém lhe procura... No outro dia você tá na escala do mesmo jeito, tendo que ir trabalhar, como se não tivesse acontecido nada... É aquela coisa acumulativa sabe... Não tem acompanhamento nenhum. (Entrevista com soldado x da PMCE, realizada em 17/11/2015).

Além disso, existe a limitação do próprio centro em que o quantitativo de profissionais especializados não consegue atender a corporação como um todo, pois apenas 3 psicólogas estão realizando trabalhos e atendimentos psicológicos no referido órgão, ocasionando uma perda no que diz respeito ao trabalho de prevenção e de apoio a doenças e transtornos mentais.

Nosso maior desafio é que nós temos um corpo pequeno de quem nos ajuda... Nós temos uma psicóloga que está agora na secretaria de segurança (...), onde atende o efetivo da secretaria de segurança pública, do CEOPS, do 190 e também do quartel de polícia comunitária... Além disso, nós temos um psicólogo no 16º Batalhão, que fica em Messejana, atendendo não só o efetivo de lá, mas também os policiais que moram na região. Temos uma psicóloga e uma Assistente Social na cavalaria que atende a demanda daquele espaço... A carência é muito grande, essa quantidade de profissionais não consegue atender toda a demanda, já que atendem não apenas os policiais que estão em serviço, mas também os que estão afastados por licença psicológica e os policiais que estão aposentados. (Entrevista com tenente coronel k da PMCE, que atua no Centro Biopsicossocial da PMCE, realizada em 09/11/2015).

As questões elencadas não são o único problema, o estado do Ceará também possui limitações quanto aos atendimentos realizados pelos CAPs, Centros de Assistência Psicossocial. Conforme expõe uma matéria do Diário do Nordeste do ano de 2010, A psicóloga Danielle de Sales Pinheiro, também tenente da PM, denunciou ao Ministério Público o descaso pelo qual membros da corporação militar estão passando quando tentam atendimento nos centros da Aldeota e do bairro Rodolfo Teófilo, havendo recusa no atendimento por parte da administração.

(...) funcionários e profissionais não médicos dos Caps afirmam que as recusas acontecem com frequência por que a presença dos militares intimida e deixa intranquilos os paciente, que já sofrem de transtornos mentais. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2010).

O fato de que o PM passa por diversas formas de estresse, bem como esgotamento físico, além da ausência de acompanhamento psicológico, que se faz necessário nessa profissão, acaba por acarretar o desequilíbrio mental desses

profissionais. Oliveira e Santos (2012) apontam as atividades desastrosas do cotidiano de trabalho dessa profissão como um fato decorrente dessa falta de equilíbrio entre a mente e as emoções. Além disso, afirmam que os sintomas de estresse que mais estão presentes na vida dos policiais são, dores musculares, insônia, distúrbios gástricos, além desses outros que são mais preocupantes como irritabilidade, baixa autoestima, agressividade, aumento no consumo de substâncias psicoativas como o uso de drogas e álcool, perda de interesse para o trabalho, isolamento, dentre outros fatores que podem levar esses profissionais até mesmo a cometerem suicídio.

Benevides-Pereira (2007) afirma que profissionais que trabalham de forma direta, prestando assistência aos outros indivíduos estão suscetíveis a diversas formas de distúrbios mentais, os quais agravam suas relações com colegas, familiares e comunidade, bem como podem levar os mesmos até a morte proposital, tendo em vista que muitos não aguentam a rotina de trabalho e suas implicações.

## 4 O FENÔMENO DO SUICÍDIO

Falar sobre suicídio é de suma importância devido o seu grande impacto social, seja ele em termos numéricos, seja em relação aos familiares, amigos e/ou conhecidos de quem tentou e/ou cometeu o ato de tirar a própria vida. A Organização Mundial da Saúde – OMS, mostra em várias publicações que o fenômeno do suicídio cresceu significativamente em todos os países, envolvendo diversas faixas etárias e vários contextos socioeconômicos. O mais recente período de análise de dados sobre suicídio pela OMS ocorreu no ano de 2012, que aponta, em termos globais, uma variação que chama bastante atenção: 75 % dos suicídios ocorrem em países de média e de baixa renda.

Werlang (2013), em seu estudo sobre os fatores que podem influenciar o ato de cometer suicídio, mostra que anualmente as tentativas de suicídio estão em torno de 10 a 25 milhões. Diante desse quantitativo a OMS considera essa questão como um grave problema de saúde pública mundial, fato que resultou na criação do Programa de Prevenção ao Suicídio, propondo ações para que os países membros as desenvolvam com o intuito de dar assistência e desenvolver programas de prevenção para aqueles que possuem comportamentos suicidas.

De acordo com a OMS o número de mortes proveniente de suicídio, em termos globais, anualmente, gira em torno de 800 mil pessoas. Esse problema acomete principalmente os jovens do sexo masculino com faixa etária entre 15 e 35 anos, embora, estatisticamente, pessoas com mais de 70 anos sejam mais propensas a cometerem suicídio. Em indivíduos que possuem uma faixa etária entre 15 e 44 anos, a tentativa de suicídio é a sexta maior causa de incapacitação.

Segundo esse órgão o Brasil encontra-se no grupo de países com baixas taxas de suicídio, porém, como se trata de um país populoso, está ocupando o décimo segundo lugar no ranking de países latino-americanos com maiores números absolutos de suicídio. Dados identificados apontam que embora a taxa geral de suicídio do Brasil seja considerada baixa, alguns estados brasileiros já possuem taxas comparáveis aos países que possuem índices de suicídio com frequência de média a elevada.

O Brasil é o oitavo país do mundo com maior taxa de suicídio segundo dados disponibilizados pela OMS e divulgados pelo Jornal OGLBO. Em 2014, foram registradas 11.821 mortes, sendo 9.198 homens e 2.623 mulheres (taxa de 6,0 para cada grupo de 100 mil habitantes). Entre 2000 e 2014, houve um aumento de 10,4% na quantidade de mortes – alta de 17,8% entre mulheres e 8,2% entre os homens. O país com mais mortes é a Índia (258 mil óbitos), seguido da China (120,7 mil), Estados Unidos (43 mil), Rússia (31 mil), Japão (29 mil), Coreia do Sul (17 mil) e Paquistão (13 mil).

A morte voluntária, aquela vida em que foi posto um ponto final pelo próprio indivíduo, foi constituindo-se um fenômeno que possuiu diversas características e diversas compreensões a partir do momento histórico ao qual esteve inserida. Na antiguidade não existia uma pejoração em relação a essa forma de morrer. Nesse período não existia ao menos um nome que expressasse tal ato, o que existia eram formas de descrevê-lo (Netto, 2013).

A morte de si passa a ter uma conotação pecaminosa a partir do século V, quando Agostinho de Hipona, também conhecido por Santo Agostinho passa a escrever sobre o fenômeno da morte e suas implicações. Com o passar dos anos, ainda na Idade Média, a tentativa de por fim a própria vida passa a ser visto como um crime que lesava os interesses da Coroa, ocasionando a perda de bens e de materiais daqueles que tiravam a própria vida, deixando seus familiares sem quaisquer condições de sobrevivência.

Apesar de já superada algumas compreensões sobre esse assunto, ainda na atualidade a morte em geral é vista como um tabu e quando nos remetemos ao fenômeno do suicídio apresenta-se silêncio, omissão e até mesmo medo em retratar essa problemática.

As pessoas não gostam e não querem ouvir, ou tampouco falar sobre a morte. Dentro disso, uma morte voluntária remete a um problema maior. Outra questão é que, por não gostar e não querer saber da morte, busca-se também a manutenção da vida, a qualquer custo. Busca-se fazer o possível e o impossível para manter as pessoas vivas, independentemente das consequências que isso possa trazer para as próprias pessoas. (NETTO, 2013, p.16)

Estudos apontam que o silêncio, principalmente, pelos veículos de comunicação em massa, sobre o fenômeno do suicídio, remete-se ao fato de que



muitos pensam que o suicídio seja contagioso, e que a exposição desse fenômeno pela mídia seja um gatilho para as pessoas vulneráveis, tendo em vista que pode servir de exemplo e desencadear uma onda de suicídios, processo conhecido como Efeito Werther<sup>17</sup> (Melo, 2012).

Assim, o fenômeno do comportamento suicida é complexo e um assunto difícil de ser abordado, pois a morte por si só não é trabalhada nos diversos espaços sociais, como na escola, na família, no contexto acadêmico e nos espaços profissionais (Werlang, 2013). Dessa forma, em uma sociedade que possui aversão até mesmo em falar sobre esse fenômeno, buscando escondê-lo ou afastá-lo a todo custo para impedir que aconteça “(...) alguém que tente ou que consiga tirar voluntariamente a própria vida, só poderia ser considerado, no jargão mais ‘senso comum’ possível, um louco.” (NETTO, 2013, p. 17). É diante dessa explicação que as pessoas justificam o ato de morrer em si como uma das expressões da loucura. Além disso, ainda temos as questões religiosas que perpassam essa temática, trazendo o discurso de que tirar a própria vida não é bem visto aos olhos de Deus, pois se Ele nos deu o dom da vida, cabe apenas a Ele tirá-la, e quem cometer esse tipo de ato acaba levando sua alma à perdição, para aqueles que compartilham da ideia de que existe vida após a morte.

Ao desqualificar o sujeito que tentou e/ou concretizou o ato do suicídio estigmatizando-o como alguém que não está são no controle de sua própria conduta, acabam por proibir que ele tome conta de sua própria vida impedindo-o de trazer à tona as questões que poderiam fazer referência aos problemas que o levaram a pensar e/ou a cometer essa ação.

#### 4.1 O ESTUDO DO SUICÍDIO NA SOCIOLOGIA CLASSICA

A obra O Suicídio de Durkheim, publicada no ano de 1897, foi uma grande marco na pesquisa sociológica. No período em que ele a escreveu o fenômeno do suicídio era um objeto de grande preocupação para a sociedade, tendo em vista que se configurava como uma prática que infringia profundamente as

---

<sup>17</sup> A denominação Efeito Werther refere-se ao romance de Johan W. Von Goethe chamado “Os Sofrimentos do Jovem Werther” (1774), que narra a história de um jovem que, após uma desilusão amorosa, cometeu suicídio com um tiro na cabeça. A venda do livro foi proibida em várias partes da Europa, pois desencadeou uma onda de suicídios entre jovens que usaram o mesmo método utilizado pelo protagonista desse romance.

normas sociais. Tratava-se, portanto, de um importante fato social<sup>18</sup>, digno de uma análise minuciosa por parte do autor, além disso, o mesmo estudou tal assunto para comprovar a própria viabilidade de uma ciência social.

Em sua pesquisa o autor percebe que na divisão social do trabalho, fato que gera uma “solidariedade orgânica”<sup>19</sup> as pessoas não estão felizes. Nesse modelo de sociedade constatou-se que embora exista uma evolução no que diz respeito à tecnologia e aos avanços sociais os índices de suicídio tiveram um aumento considerável. Observou também que as crises financeiras, a inadaptação dos trabalhadores e o fenômeno da violência, com o passar dos anos e amadurecimento do sistema capitalista, tornaram-se mais frequentes. Além disso, afirma que a sociedade possui diversos valores sociais, e quando estes estão debilitados, podem acabar por colocar em risco o equilíbrio da sociedade (Durkheim, 2000).

Durkheim (2000) aponta que o suicídio não é um fenômeno individual, ou mesmo psicologizante, como diversas vertentes da época e também da atualidade defendem. Apesar de admitir que existam predisposições psicopatológicas para o cometimento do ato de morrer em si. O autor considera que o suicídio é, antes de tudo, um fato social, e que por meio dele a sociedade pode coletar dados, fazer avaliações e construir teorias.

O suicídio é considerado “todo o caso de morte que resulta, direta ou indiretamente, de um ato, positivo ou negativo, executado pela própria vítima, e que ela sabia que deveria produzir esse resultado”. (Durkheim, 2000, p.14). Além disso,

---

<sup>18</sup> Em sua teoria Durkheim afirma que em todas as organizações definidas, como a sociedade, existem fatos sociais, que se constituem por maneiras de agir e de pensar compartilhadas coletivamente, ou seja, são exteriores aos indivíduos. Ideologias que são impostas pelo grupo, variando de cultura para cultura, com o objetivo de ditar normas para um bem comum. Para o sociólogo os fatos sociais possuem três características: a coercitividade, que são as imposições realizadas de forma imperativas sobre os indivíduos; a exterioridade, que se caracteriza pelas normas serem exteriores aos indivíduos, variando de cultura para cultura, que embora muitas vezes não concordamos, mas agimos conforme é previsto pela sociedade; e a objetividade, tendo em vista que os fatos sociais não são voltados para o indivíduo em específico, mas para a sociedade como um todo.

<sup>19</sup> São as sociedades ditas “modernas” ou “complexas” do ponto de vista social e individual, esse conceito é utilizado nas sociedades capitalistas. Durkheim concebe as sociedades complexas como grandes organismos vivos, onde os órgãos são diferentes entre si (remetendo-se a divisão social do trabalho), porém esses órgãos formam teias que um depende do outro para que o processo seja finalizado. A crescente divisão do trabalho e sua especificação faz aumentar, cada vez mais, o grau de dependência entre os indivíduos que fazem parte do processo.

“(...) é um ato de desespero de um homem que não faz mais questão de viver.” (Durkheim, 2000, p.13).

Conforme o sociólogo, “Cada sociedade possui uma disposição definida de indivíduos doados voluntariamente ao suicídio.” (2000, p.14), o que nos leva a crer, que para ele, a própria organização da sociedade em que o indivíduo está inserido é responsável pelo cometimento desse fato social, existindo uma determinação social externa ao indivíduo. Durkheim (2000) relata, então, que as causas para tal atitude possuem uma relação apenas com uma série de fatores sociais. Estes repercutem no indivíduo, levando-o a tirar sua própria vida. Porém, o modo como esses fatores refletem depende muito do modelo de sociedade em que se considera.

(...) a soma total de suicídios em uma dada sociedade deve ser tratada como um fato que somente pode ser explicado plenamente em termos sociológicos, e não por motivações pessoais dos atos de autodestruição; a unidade de análise é a sociedade e não o indivíduo. (DURKHEIM, 2000, p. 18)

O suicídio foi classificado por ele em três tipos, “(...) pois conhecida a natureza das causas podemos deduzir a natureza dos efeitos.” (Durkheim, 2000, p. 83). Diante disso, classificou o fenômeno de acordo com os comportamentos que os indivíduos apresentavam, são eles o suicídio egoísta, altruísta e anômico.

O suicídio egoísta é cometido por indivíduos que se isolam excessivamente, dessa forma seus laços sociais tornam-se frágeis, além disso, não existe por parte do mesmo uma identificação com o próximo, dessa forma a vida passa a não ter sentido, não existe uma razão para permanecer vivo.

(...) o homem não pode viver a não ser que se ligue a um objeto que o ultrapasse e que lhe sobreviva, e deu-se como razão disso uma necessidade que teríamos de não perecer inteiramente. A vida, diz-se, só é tolerável quando percebemos nela alguma razão de ser, quando ela tem um objetivo, e que lhe valha a pena. Ora, o indivíduo, por si só, não é um fim suficiente para sua atividade. (DURKHEIM, 2000, p. 260)

O suicídio altruísta configura-se de forma oposta ao suicídio egoísta

Ao passo que esse se deve a um excesso de individualização, aquele tem como causa uma individualização demasiado rudimentar. Um ocorre por que a sociedade, desagrega em certos aspectos ou mesmo em seu conjunto, deixa o indivíduo lhe escapar; outro, porque ela o mantém demasiado estritamente sob sua dependência. Uma vez que chamamos de egoísmo o estado em que se encontra o eu quando vive sua vida pessoal e só obedeci a si mesmo, a palavra altruísmo expressa o estado contrário,

aquele em que o eu não se pertence, em que se confunde com outra coisa que não ele, em que o pólo de sua conduta está situado fora dele, ou seja, em um dos grupos em que faz parte. (DURKHEIM, 2000, p. 275)

Esse acontece quando existe um apego excessivo do indivíduo ao grupo, religião, seitas ou qualquer movimento em que o mesmo faça parte. Para melhor elucidar essa espécie de suicídio podemos trazer o exemplo dos homens-bomba, que cometem atos suicidas em prol da fé, vale ressaltar que os suicídios altruístas não são necessariamente impostos pelo grupo, ou seja, muitas vezes as pessoas o cometem de livre e espontânea vontade, sem existir uma obrigatoriedade.

O suicídio anômico ocorre em uma situação de anomia social, ou seja, quando a sociedade não exerce sua função reguladora, ocasionando um caos, fato que faz com que a normalidade social não seja mantida. Essa característica de suicídio faz-se presente em situações como as de crise econômica, por exemplo, na quebra da bolsa de valores de 1929, período conhecido por Grande Depressão, vários empresários se jogaram das janelas dos prédios em que trabalharam quando perceberam que as ações de suas empresas, naquele período, não estavam valendo nada e que não iriam mais ocupar o lugar e manter o status que possuíam anteriormente. Esse tipo de suicídio difere-se dos citados anteriormente, pois nesse caso o indivíduo não encontra razão para viver em si mesmo nem em algo exterior a ele e a sociedade.

Qualquer ser vivo só pode ser feliz ou até só pode viver se suas necessidades têm uma relação suficiente com seus meios. Caso contrário, se elas exigem mais do que lhes pode ser oferecido ou simplesmente algo diferente, estarão constantemente em atrito e não poderão funcionar sem dor (DURKHEIM, 2000, p. 211).

Marx (2006) aborda a temática do suicídio em um pequeno ensaio que teve sua primeira publicação no ano de 1846. O autor trata essa problemática como um fenômeno significativo na sociedade capitalista, pois ele é o maior sintoma de quando uma sociedade encontra-se enferma. Sua maior crítica não recai no ato de tirar a própria vida, mas na vida antinatural em que a sociedade burguesa está levando, que seria a grande mazela e o problema de todos os conflitos sociais existentes. Nesse modo de vida e de produção, as pessoas não interagem entre si, cada indivíduo está isolado, gerando uma espécie de solidão em massa. Além disso, o modo capitalista de viver é pautado pela luta de classes e pela competição entre os indivíduos, esses são fatores impiedosos, que acarretam uma “[...] guerra de

todos contra todos.” (MARX, 2006, p. 16), restando ao indivíduo às opções de tornar-se vítima ou carrasco do próprio sistema.

Que tipo de sociedade é esta, em que se encontra a mais profunda solidão no seio de tantos milhões; em que se pode ser tomado por um desejo implacável de matar a si mesmo, sem que ninguém possa prevê-lo? Tal sociedade não é uma sociedade; ela é (...) uma selva habitada por feras selvagens. (MARX, 2006, p.28)

A problemática do suicídio não recai apenas sobre as classes miseráveis, “[...] embora a miséria seja a maior causa do suicídio [...]” (MARX, 2006, p.24), pois esse fenômeno é encontrado em todas as classes sociais, tanto entre os ricos ociosos, como entre os artistas, políticos, etc. Apesar de ser um fenômeno de diversas causas e de comprometer a vida de pessoas de diversas classes, a diversidade de suas causas parece escapar à censura uniforme e insensível dos moralistas (MARX, 2006). “Em poucas palavras, faz-se do suicídio um ato de covardia, um crime contra as leis, a sociedade e a honra.” (MARX, 2006, p. 26).

As doenças debilitantes, contra as quais a atual ciência é inócua e insuficiente, as falsas amizades, os amores traídos, os acessos de desânimo, os sofrimentos familiares, as rivalidades sufocantes, o desgosto de uma vida monótona, um entusiasmo frustrado e reprimido são muito seguramente razões de suicídio para pessoas de um meio social mais abastado, e até o próprio amor a vida, essa força enérgica que impulsiona a personalidade, é frequentemente capaz de levar uma pessoa a livrar-se de uma existência miserável, (MARX, 2006, p.24).

Não podemos tratar esse fenômeno como um processo antinatural, tendo em vista que esse comportamento consuma-se com grande frequência, somos suas testemunhas diariamente, “O que é contra a natureza não acontece” (MARX, 2006, p.25). Para Marx (2006) está na natureza de nossa sociedade gera altos índices de suicídios, pois os conflitos sociais existentes e gerados a partir da Revolução Industrial ocasionam diversas formas de sofrimento e desequilíbrio emocional aos indivíduos que desse sistema fazem parte.

Falam-nos de nossos deveres para com a sociedade, sem que, no entanto, nossos direitos com relação a essa sociedade sejam esclarecidos efetivados, e termina-se por exaltar a façanha de mil vezes maior de dominar a dor ao invés de sucumbir a ela, uma façanha tão lúgubre quanto a perspectiva que ela inaugura. (MARX, 2006, p. 26)

A crítica à sociedade do capital não se limita apenas a questão da exploração econômica, expressada pela luta de classes, por mais importante que esse fator seja na teoria marxista, mas também a forma desumana em que os indivíduos de diversas origens sociais são submetidos nesse sistema, tendo em

vista o caráter opressor que as relações sociais burguesas impõem. Essa problemática no ensaio escrito sobre o fenômeno do suicídio por Marx (2006) revela-se pertinente, tendo em vista que dos três dos quatro casos de suicídio mencionados nessa obra referem-se a mulheres vítimas do patriarcado, em outras palavras, vítimas da tirania familiar. Somente uma das quatro histórias suicidas, selecionadas por Marx (2006) concerne a um homem, que se encontrava desempregado, sendo um ex-membro da Guarda Real, que por não conseguir um novo emprego, devido a sua idade, comete o ato de tirar a própria vida por vergonha de não ser mais o provedor do sustento de sua família.

Percebemos que em todos os casos de suicídio abordados pela obra que os sujeitos que cometeram o ato foram vítima de algum tipo de opressão seja pela sociedade ou pelo próprio núcleo familiar, que não conseguindo mais viver diante de tantas formas de preconceito, tirania e vergonha, de regras que já estavam cristalizadas até mesmo no seu modo de ser, optaram em por fim em uma vida, que para eles, já não valia mais a pena ser vivida.

Com a evolução das pesquisas e do modo de pensar da sociedade podemos perceber que o fenômeno do suicídio, vai muito além daquilo em que a ciência tenta explicar, pois envolve diversos fatores como os emocionais, os psiquiátricos, religiosos e socioculturais, são esse conjunto de elementos que nos ajudam a compreender a vida, o sofrimento e até mesmo a morte, tendo em vista que em muitos casos o indivíduo não deseja a morte em si, ele apenas busca um meio para diminuir sua dor e como não consegue fazê-lo utilizando medicamentos, utiliza-se do método da morte para por fim em tudo que o faz sofrer (Werlang, 2013).

#### 4.1 O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES DO CEARÁ

Dados, não oficiais, disponibilizados, para a realização desse estudo monográfico, pela Associação de Cabos e Soldados do Ceará, que fez um resumo do quantitativo de mortes de policiais militares do Ceará e suas causas nos anos de 2013, 2014 e 2015, apontam que o número de mortes provenientes de suicídio entre PMs vem aumentando no estado. No ano de 2013 foram registrados pela associação 33 mortes de PMs, dentre elas houve um somatória de 04 suicídios no

referido ano, uma taxa de 12%. No ano de 2014 houve um pequeno aumento, somou-se um total de 35 mortes de PMs, dentre elas 05 foram provenientes de suicídio, uma taxa de 14%. No ano de 2015 o total de mortes de policiais militares somou um quantitativo de 37 óbitos, dentre eles 07 tiveram como causa o fenômeno do suicídio, constituindo-se uma taxa de 18% no quantitativo de mortes de policiais militares do Ceará que cometeram o ato de tirar a própria vida.

Encarregados de salvar e proteger cidadãos, policiais pensam na própria morte como saída para uma rotina marcada pelo alto estresse, pelo risco, pelo afastamento da família e pela convivência com o lado mais sombrio da vida – crime, tráfico, pedofilia e perdas constantes dos companheiros de trabalho. (ESCÓSSICA, BBC BRASIL, 2015)

Conforme podemos identificar na fala do soldado x da PMCE que foi entrevistado no dia 17/11/2015.

Você chega em casa cansado, ai vem sua esposa, que só fala de problema e de dívida, e seu filho só tá dando trabalho... Não tem como, isso é humanamente impossível sem um acompanhamento e chega no trabalho é só cobrança, só cobrança, por resultados, por números.. E ainda tem que agradar o oficial, tem a pressão do dia-a-dia, troca de tiros... Ou seja, é complicado, não é brincadeira.

Diante dessa problemática percebemos que é relevante abordar o tema do suicídio entre os policiais militares do Ceará, tendo em vista as diversas formas de sofrimento em que os mesmos estão expostos.

Esse estudo teve como objetivo verificar se a rotina de trabalho dos Policiais Militares do Ceará gera impactos na saúde mental desses agentes, podendo ter como consequência a prática do suicídio entre os membros dessa corporação. Para chegarmos às análises do trabalho de campo desse estudo monográfico tornou-se necessário realizar entrevistas semi-estruturadas com membros da instituição militar que tiveram contato no cotidiano de trabalho com policiais que cometeram suicídio.

O contato realizado com os sujeitos que participaram desse estudo foi intermediado pela Associação de Cabos e Soldados do Ceará, tendo em vista que a polícia militar é um órgão muito fechado e quando o assunto remete-se a policiais suicidas o silêncio e a negativa em conceder entrevistas e/ou participar de pesquisas é uma problemática enfrentada por pesquisadores que almejam desvendar mistérios quanto à atividade policial.

Esse silêncio, muitas vezes apresentado quando indagávamos a possibilidade dos policiais em nos conceder entrevistas, além do fato que muitos negaram a inexistência dessa problemática dentro da corporação policial, somando-se a omissão dos veículos de comunicação em divulgar dados mais precisos quanto ao percentual de policiais que cometem suicídio anualmente é um fator que reforça o quanto a morte proposital ainda é um tabu e que as pessoas incomodam-se, envergonham-se e/ou tem medo de falar sobre essa problemática, além de que a morte de policiais perpassam questões socioculturais e políticas da corporação policial, principalmente a militar, pois uma das razões para a invisibilidade desse fenômeno nesse espaço deve-se a cultura hierárquica e autoritária desse órgão (GEPESP, 2016).

Esse autoritarismo perpassou as falas dos sujeitos entrevistados que relataram casos de colegas de trabalho que passaram por diversas adversidades dentro da corporação militar que somando com problemas pessoais resultaram no cometimento da morte proposital por parte desses sujeitos.

Em um dos casos, que teve uma grande repercussão midiática, o major do batalhão aplicou uma sanção disciplinar no soldado, que fazia parte do programa Ronda do Quarteirão, este por não utilizar a boina, peça do fardamento obrigatório dos PMs, por estar com problema de seborreia capilar e passando por tratamento dermatológico foi coagido por desobedecer a ordem que foi dada de recoloca-la, culminando na punição de que o mesmo passaria 10 dias em prisão disciplinar, fato que gerou um grande desespero por parte do soldado, que já estava passando por problemas pessoais, não suportando a pressão de ser perseguido, tirando sua própria vida utilizando sua arma de fogo para a efetivação o ato.

Ele por um motivo de saúde tirou a boina, por que estava com a cabeça coçando, por que tinha problema de seborreia e chegou a mensagem no computador dizendo que era pra ele botar... aí ele falou alguma coisa, ele era esquentado mesmo, eu conhecia ele... E ele falou alguma coisa que quem tava do outro lado (...) se sentiu ofendida e foi falar pra ele (o major), e ele pra mostrar a posição, o chamou e o humilhou na frente de todo mundo... Ai ele disse que nem sabia se ele ia ficar na polícia, aquela coisa, por que pra expulsar ele era bem facinho... E isso pegou demais o Lima, isso foi a gota d'água pra ele... Associado com algum problema que ele estava passando em casa, culminou naquilo que ele chegou... Pegou todo mundo de surpresa, que ele deu um tiro na cabeça dele... (Entrevista com soldado x da PMCE no dia 17/11/2015).



O referido soldado estava realizando seu plantão na viatura, esta possuía uma câmera que captava todas as imagens, em tempo real, de tudo o que os agentes faziam fato que se remete ao fenômeno do panoptismo na sociedade contemporânea, método de controle, um mecanismo de exercício de poder, em que aquele que se encontra vigiado se senti coagido e não pode fugir das regras já impostas, podendo ser punido com alguma sanção, esse método na atualidade é muito utilizado, tendo em visto os avanços tecnológicos, em que o uso de câmeras de vigilância tornou-se comum (POSSOLI, 2013).

Tinha uma câmera dentro da viatura em que o ele trabalhava, filmando, e tinha uma pessoa do outro lado só olhando tudo em tempo real, e tudo que ele falava e fazia tinha uma pessoa olhando do outro lado... Ou seja, ele trabalhava o tempo todo monitorado... Se ele tirasse uma boina chegava uma notificação no computador da viatura mandando ele colocar a boina, ele não podia sentir calor... Se ele conversasse muito chegava uma mensagem dizendo que não era pra falar muito no serviço, ou seja, o camarada não tinha liberdade pra nada... Se ele quisesse falar alguma coisa ele tinha que ir pra longe da viatura, por que não podia ter a viatura por perto já que ela tinha uma captação de áudio muito grande, ou seja, era impossível de ele produzir... Qualquer ser humano trabalhando sob pressão não produz bem e naquela época era desse jeito... (Entrevista com soldado x da PMCE no dia 17/11/2015).

A perseguição em que o soldado sofreu não foi apenas por não estar utilizando a boina no horário de seu plantão, mas, principalmente, por ter falado que não iria recoloca-la, deixando a pessoa que estava monitorando-o ofendida pelo desacato a sua autoridade, ocasionando toda a perseguição e humilhação ao qual sofreu.

Mesmo apresentando o documento médico onde constava que não poderia utilizar a boina devido o tratamento capilar que estava realizando, foi afirmado pelo tenente, que já estava cumprindo ordens dadas pelo Major, que não adiantariam de nada ele apresentar tal documento, que sua prisão era inevitável.

Ele pegou um atestado médico foi entregar ao tenente, que já estava cumprindo ordens do major de não receber... E o tenente disse pra ele que não tinha pra onde correr, que poderia guardar o atestado por que os 10 dias já estava certos, 10 dias de prisão né... Que não adiantava ele correr atrás... E no dia seguinte ele se matou (Entrevista com soldado x da PMCE no dia 17/11/2015).

Nesse trecho da entrevista percebemos o quanto o militarismo e as bases hierárquicas ainda estão enraizadas dentro da instituição policial que mesmo no século XXI e a inserção de novos policiais na PM as relações de poder ainda configuram-se de forma tirana e ditatorial.

Outro caso de suicídio de policial militar que chamou nossa atenção se deu em uma cidade do interior do estado do Ceará, onde o soldado estava residindo, tendo em vista que havia sido transferido pelo comando por estar passando por problemas psicológicos, deixando seus familiares, que poderiam dar-lhe um apoio quanto aos problemas pessoais que estava passando.

Quando eu era tenente, eu trabalhei no interior, lá no batalhão de Russas e Cascavel pertence a esse batalhão (...) e eu fui designado a passar um mês naquele lugar e lá eu me deparei com um colega que tinha (...) que havia acabado de se separar da esposa e dos filhos assim ele estava passando por um grande problema e levaram ele para o quartel e depois de um mês o jogaram para trabalhar na rua, não foi tratado esse rapaz, não teve nenhum acompanhamento e esse quadro ainda se agravou quando ele apresentou depressão (...) e eu me deparei com essa situação e eu tive um grande cuidado com ele pra ele não fazer uma besteira já que estava depressivo... Aí em uma folga que ele teve ele veio a Russas para ver os filhos, mas ele não foi até Russas, ele foi em outra cidade e se matou lá, isso pra mim foi um choque, que até então, eu tinha pouco tempo de polícia e eu convive com algo que eu não esperava e eu não entendia esse lado do estresse, esse lado do adoecimento... (Entrevista com tenente coronel k da PMCE, que atua no Centro Biopsicossocial da PMCE, realizada em 09/11/2015).

Sem qualquer acompanhamento e separado da família o soldado passou a agir nas ruas, local onde os policiais exercem suas atividades com grade carga de pressão, agravando seu quadro depressivo, sendo um dos fatores que levaram esse agente a tirar a própria vida.

Ele na verdade deveria ter sido tratado com cuidado, durante pelo menos uns 06 meses ou um ano não era para ta com a arma na cintura, era um período em que não havia esse cuidado e hoje com toda a evolução o número de profissionais que adoecem e entram em depressão ainda é grande... Como não havia psicólogo no batalhão e nós não éramos psicólogos então não tinha como a gente dar um apoio que aquele soldado estava precisando (...) E ele nunca desacatou uma ordem, sempre trabalhou direito... Eu acho que faltou esse olhar de atenção pra ele uma atenção que ele não teve e que a corporação ainda deixa a desejar, nós temos o Centro Biopsicossocial, mas ainda é pouco... (Entrevista com tenente coronel k da PMCE, que atua no Centro Biopsicossocial da PMCE, realizada em 09/11/2015).

Nas falas dos policiais entrevistados, que tiveram companheiros de trabalho que cometeram o ato de tirar a própria vida, observou-se que o comando sabia dos problemas pelos quais esses policiais estavam passando, mas mesmo assim os perseguiram, os pressionaram, além de terem, em um dos casos, transferido o soldado para o interior do estado, o deixando longe de seus familiares não sendo acompanhado como deveria, já que já era do conhecimento da instituição militar que o mesmo estava com comportamentos depressivos.

A grande carga de pressão e as humilhações que os agentes de baixa patente passam dentro da corporação unindo-se com os problemas familiares e pessoais ocasionam sérios impactos na vida desses agentes, ocasionando até mesmo, como apresentado, o suicídio, que, muitas vezes, não se configura com o desejo de morrer em si, mas de por fim a um sofrimento que já não se suporta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho como atividade essencialmente humana pode significar fonte de realização, satisfação pessoal e profissional, funcionando como um fator determinante na construção “(...) tanto da identidade do sujeito” (DEJOURS,1999 p.9), ou ainda como uma ponte entre o indivíduo e a sociedade. Contudo, o trabalho vem assumindo uma função de luta pela sobrevivência, passando a ser uma atividade monótona e repetitiva, impossibilitando que os indivíduos desenvolvam seu potencial criativo, principalmente dentro do sistema policial, pois este está regido pela hierarquia e a disciplina que devem ser obedecidos por meio das ordens dos superiores do comando. Além da questão, os policiais também partilham as mesmas preocupações das outras categorias profissionais quanto às condições de trabalho e de remuneração.

A pesquisa em foco respondeu grande parte de nossas indagações que constituíram os objetivos desse TCC. Diante de várias questões, como a escala de trabalho desses policiais, que acaba ocasionado grande desgaste físico e/ou mental dos mesmos, o alto grau de periculosidade a que esses profissionais estão expostos, além do problema social da violência que ocasiona o medo entre os profissionais da corporação militar em sofrer agressões físicas e/ou psicológicas, expondo também seus familiares. Também existem às regras, normas, códigos e leis Institucionais que devem ser seguidas sem quaisquer objeções, sob pena de sanções. Além da presença do fenômeno da morte no cotidiano de trabalho, que coloca em risco a vida dos agentes, de seus companheiros de profissão e da sociedade civil, quando na rotina de policiamento na rua torna-se necessário a troca de tiros entre os agentes e os indivíduos que cometem crimes ou atos infracionais. Esses são alguns dos fatores que podem influenciar o desenvolvimento de transtornos mentais, como síndrome do pânico, depressão, síndrome de burnout, que é acometido pelo alto grau de estresse, que somando com outras séries de problemas pessoais e profissionais podem levar membros da polícia militar a cometerem suicídio, já que esse fenômeno é composto por uma série de fatores.

As falas, principalmente dos agentes que ocupam a posição de soldado dentro da corporação militar e que nos concederam entrevistas para esse estudo monográfico, exprimem medo, angústia, inquietações. O medo de alguém da

corporação descobrir que estes “falaram demais”, como afirmou um dos nossos entrevistados, perguntando o que iríamos fazer com as gravações e se iríamos mostrar a alguém, pois daria para identificá-lo pela voz e isso acarretaria perseguições e conseqüentemente penalidades, tendo em vista que já estava fadado de ser perseguido, pois além das transgressões que poderia cometer e que está exposto, já estava sofrendo sanções, pois participara da greve de 2011 dos PMs, ocasionando sua transferência para um batalhão da periferia da cidade de Fortaleza. Esse fato chamou bastante atenção, pois no início das entrevistas sempre pontuamos que a pesquisa seguia as normas éticas e que nenhum nome seria exposto, além de que as questões discutidas serviriam apenas para compor dados de campo do presente estudo e de pesquisas posteriores, mantendo sempre em sigilo a identidade dos entrevistados.

Outro fato que nos chamou atenção foi quando procuramos, por meio de contato telefônico, o Major que aplicou a sanção disciplinar em um dos soldados que cometeu suicídio, para que o mesmo participasse desse estudo como interlocutor, nos concedendo uma entrevista. O mesmo nos escutou e quando indagamos sobre a possibilidade de participar de nossa pesquisa, afirmou que não possuía tempo para essas coisas e que não gostaria de ser perturbado por membros da sociedade civil que nada sabiam sobre a corporação militar. Sua fala soou um pouco rude, nos fazendo lembrar da forma como sua atuação é conhecido pelos soldados. “Um homem ignorante, que só sabe gritar e dar ordens, além de fazer parte ‘da linha dura’ da polícia. (...)” (...) Que faz parte daqueles poucos que estão lá em cima, que se acham reis... Que são treinados pra fiscalizar e punir... (Entrevista de um soldado da PMCE, realizada em 17/11/2015).

A forma negativa de como os familiares atenderam nosso contato telefônico, ocasionando uma mudança nos sujeitos de nossa pesquisa, também é um fator importante a ser pontuado, fato que se remete ao modo como a sociedade ainda enfrenta os comportamentos suicidas, gerando um discurso de que o indivíduo estava muito doente e que faleceu por qualquer outro motivo inventando, e não por tirar sua própria vida. O silêncio que se fez presente em algumas tentativas de aproximação também revelou medo de retaliações por parte de outros membros da família e de até mesmo da corporação militar.

Na análise das falas dos entrevistados no momento em que discorriam sobre o cometimento do suicídio de seus companheiros de profissão, também chamou nossa atenção o fato que de os agentes que cometeram tal ato, segundo os entrevistas, eram pessoas calmas, que adoravam ser policiais, mas que estavam passando por problemas pessoais e que a corporação sabendo de tais situações, não os instruíram a procurar tratamento profissional, pelo contrário, continuaram escalando-os ao serviço e até mesmo chegando a transferir um dos agentes para o interior, fato que acarretou uma tristeza e uma angústia permanente no mesmo, pois além de já esta passando por problemas pessoais, ficou longe de seus familiares e amigos que poderiam dar apoio e orientações quanto as atitudes que esse sujeito poderia tomar.

A questão do suicídio vem se tornando algo “comum” entre os policiais, contudo este fato não é exposto ao conhecimento do público por uma série de razões psicossociais, culturais, religiosas e moralistas da qual nos fala a literatura sobre os estudos de suicídios na sociedade humana e, mais especificamente, sobre os males em se propagar os casos de suicídios no contexto societário. Por outro lado, os silêncios societários e/ou institucionais sobre a problemática dos suicídios não encerra o problema posto, apenas coloca um véu sobre esse fenômeno como no caso dos policiais suicidas. Como entender essa problemática e até enfrentá-la é uma questão que demanda mais estudos frente à complexidade apresentada, principalmente, por se tratar de policiais militares suicidas, aqui há que se considerar o fato da instituição policial militar ser naturalmente fechada como instituição militar regida pelos pilares da hierarquia e da disciplina corporativa. Ao mesmo tempo, esses também são fatores que nos leva a querer saber mais sobre o fenômeno dos suicídios entre policiais militares ou, ainda, os motivos que levam esses indivíduos a tirar a própria vida depois que entram na Polícia Militar.

O comportamento suicida pode ser prevenido, mas para isso torna-se necessário a criação de programas que envolvam diversas categorias profissionais qualificados para realizar um bom planejamento dessas ações. A comunidade, evidentemente, deve ser trabalhada conjuntamente para que o fenômeno da morte deixe de ser evitado nos debates, passando a ser trabalhado para que as medidas de prevenção ao suicídio tornem-se eficazes.

Os desafios que foram postos nesse estudo nos levaram a refletir sobre muitas outras questões que poderiam estar por de trás do fenômeno do suicídio, despertando a curiosidade de como os sujeitos que estão afastados da corporação militar por meio de licenças psicológicas encaram a angústia e o sofrimento ao qual estão expostos no dia-a-dia, tema que será discutido em uma pesquisa futura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, Paulo (org.). **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

BARLEY, David. **Padrões de Policiamento**. 2 Ed. São Paulo: EdUsp, 2006.

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. (Org.). **Burnout**: quando o trabalho ameaça o bem estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BRASIL, Maria Glaucéria Mota. **Polícia**: instrumento de “panóptico” da sociedade moderna. 1989. 146 F. (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Ceará, Ceará.

Brasil é o 8º país com mais suicídios no mundo, aponta relatório da OMS. **G1** (online), São Paulo, 04, dez, 2015. Disponível em <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2014/09/brasil-e-o-8-pais-com-mais-suicidios-no-mundo-aponta-relatorio-da-oms.html> Acesso em: 01 fev. 2016.

CEARÁ (Estado). Lei nº 13.407 de 21 de novembro de 2003. Código disciplinar da polícia militar e do corpo de bombeiros do Ceará. Disponível em <http://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramitando/lei/13407.htm>. Acesso em: 15 dez.2015.

CIRO, B. O cruel treinamento militar que deforma os policiais do Brasil. **O GLOBO** (online), São Paulo, 22 jul. 2015. Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/geral/noticia/2015/07/o-cruel-treinamento-militar-que-deforma-os-policiais-do-brasil.html>. Acesso em 30 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Treinados para rinha de rua. **Pública** (online), São Paulo, 20 jul. 2015. Disponível em: <http://apublica.org/2015/07/treinados-para-rinha-de-rua>. Acesso em: 01 set. 2015.

ESCOSSIA, Fernanda. Pesquisas mostram avanço de suicídio entre policiais brasileiros. **BBC BRASIL** (online), Rio de Janeiro, 30 jul. 2015. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150730\\_suicidio\\_policiais\\_fe\\_ab](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150730_suicidio_policiais_fe_ab) Acesso em: 10 out. 2015.

FILGUEIRA, A. Treinamento da PM vai até o limite da tolerância. **Jornal de Brasília** (online), Brasília, 20, nov, 2014. Disponível em: <http://www.jornaldebrasil.com.br/noticias/cidades/574625/treinamento-da-pm-vai-ate-o-limite-da-tolerancia/> Acesso em: 14 nov. 2015.

FRAGA, Cristina. Peculiaridades do trabalho policial militar. Revista Virtual Textos & Contextos. n.6, ano V, 2006.



GUIMARÃES, Thiago. 'Rituais de sofrimento' em treinamento alimentam violência policial, diz capitão da PM. **BBC Brasil** (online), Londres, 05, jan, 2016. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/151231\\_treinamento\\_policia\\_tg](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/151231_treinamento_policia_tg) Acesso em 29 jan 2016.

GEPESP. A morte que não existe: o suicídio entre policiais. **MUDAMOS** (online), 12, fev. 2016. Disponível em: <https://www.mudamos.org/temas/seguranca-publica/blog/a-morte-que-nao-existe-o-suicidio-entre-policiais> Acesso em: 16 fev. 2016.

LOUREIRO, Ythalo. Princípios da hierarquia e da disciplina aplicados às instituições militares: Uma abordagem hermenêutica. 2004. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/servicos/artigos/artigos.asp?iCodigo=83> . Acesso em 09 nov. 2015.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.  
MELO, Patrícia. Efeito Werther. **ISTOÉ** (online), 01 fev. 2012. Disponível em: [http://www.istoe.com.br/colunas-e-blogs/coluna/148869\\_EFEITO+WERTHER](http://www.istoe.com.br/colunas-e-blogs/coluna/148869_EFEITO+WERTHER) Acesso em: 16 fev. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa de campo e pesquisa exploratória. In: SEVERINO, Antônio Joaquim. **Teoria e prática científica**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 122.

MUNIZ, Jacqueline. As crises de Identidade das Policiais Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. **Security and Defense Studies Review**. Vol. 1, 2001.

NETTO, Nilson. **Suicídio e dos desafios para a Psicologia**. Capítulo I. Brasília, 2013.

OLIVEIRA, Katya; SANTOS, Luana. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua: **Sociologias**, Porto Alegre, nº 25, 224-250, set/dez, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. A prevenção das doenças profissionais. 1º edição, 2013.

PERASSO, Valeria. OMS: Suicídio já mata mais jovens que o HIV em todo o mundo. **BBC BRASIL**, (online), 15 set 2015. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150922\\_suicidio\\_jovens\\_fd.shtml?o\\_cid=socialflow\\_facebook](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150922_suicidio_jovens_fd.shtml?o_cid=socialflow_facebook) Acesso em: 18 jan. 2016.

PAULINO, Fábio; LOURINHO, Lídia. O adoecimento psicológico do policial militar do Ceará. **Revista Trabalho e Sociedade**, Fortaleza, v.2, n.2, p. 58-57, jul./dez. 2014.

POSSOLI, Gabriela. **Panoptimos como dispositivo de controle social**. 2013. Disponível em

<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2004/anaisEvento/Documentos/CI/TC-CI0095.pdf> Visualizado em 12 jan. 2016.

SZASZ, Thomas. Libertad fatal – Ética y política del suicidio. Buenos Aires, 2002.

PEREIRA, Ana Maria. O Estresse e a Síndrome de Burnout no Espaço Docente: Algumas Reflexões. Paraná, 2011.

RIBEIRO, Lucas Cabral. História das policiais militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul In XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011.

RIGO, Soraya. **Suicídio e dos desafios para a Psicologia**. Capítulo III. Brasília, 2013.

SALES, Larissa. **MEDO E SOFRIMENTO SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS DE POLICIAIS MILITARES EM ATENDIMENTO CLÍNICO**. 2013, 127 F. (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Ceará, Ceará.

SARTORI, Leonardo. **Avaliação de Burnout em policiais militares: a relação entre o trabalho e o sofrimento**. 2006. 192 F. (Mestrado em Administração) Universidade de Maringá, Londrina.

SARTORI, Leonardo; CANSSANDRE, Marcio; VERCESI, Cristiane. Burnout em Policiais: a Relação entre o Trabalho e o Sofrimento. **XXXIII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, 2008.

SISNANDO, Jessika. 1.724 policiais militares do CE estão de licença por problemas psiquiátricos. **OPOVO**, (online). 08 out 2015. Disponível em <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/10/08/noticiafortaleza,3516641/1-724-policiais-militares-do-ce-estao-de-licenca-por-problemas-psiquia.shtml> Acesso em: 11 out. 2015.

SOUZA, Bruno. O cotidiano da atividade policial no programa ronda do quartirão In V Jornada Internacional de Políticas Públicas. 09p. 2011.

SOUZA, Marcos. **A Violência da Ordem: Polícia e Representações Sociais**. São Paulo: Annablume, 2012.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. **Programa Ronda**. Fortaleza: Nacional, 2008.

TELLES, Vera. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte, MG. Argvmentvm, 2010.

VALENTE, Júlia Leite. “Polícia Militar” é um oximoro: a militarização da segurança pública no Brasil. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília, São Paulo 10 ed. P. 204-224, dez/2012.

WERLANG, Blanca. **Suicídio e dos desafios para a Psicologia**. Capítulo II.  
Brasília, 2013.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **“O ADOECIMENTO MENTAL DOS POLÍCIAIS MILITARES DO CEARÁ: UM ESTUDO SOBRE O FENÔMENO DO SUICÍDIO NA CORPORAÇÃO MILITAR”** que tem como objetivo compreender se a rotina de trabalho dos policiais militares do Ceará gera impactos negativos na saúde mental desses agentes. Levando-os a cometerem suicídio.

Quanto aos riscos, reconhecendo a possibilidade de desconforto, constrangimento que podem ocorrer, a pesquisadora se compromete a tratar com o devido respeito, procurando minimizar qualquer risco que possa ocorrer durante a pesquisa. Quanto aos benefícios, devolvendo os resultados da pesquisa para o grupo pesquisado. Que o conhecimento da realidade possa contribuir para a melhoria dos processos de trabalho.

Dessa forma, pedimos a sua colaboração nesta pesquisa, respondendo a uma entrevista sobre o tema acima proposto que deverá ser gravada se o (a) Sr. (a) concordar. Garantimos que a pesquisa não trará nenhuma forma de prejuízo, dano ou transtorno para aqueles que participarem. Todas as informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e sua identidade não será revelada. Vale ressaltar, que sua participação é voluntária e o (a) Sr. (a) poderá a qualquer momento deixar de participar deste, sem qualquer prejuízo ou dano. Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos e revistas especializadas e ou encontros científicos e congressos, sempre resguardando sua identificação.

Todos os participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e, ressaltando novamente, terão liberdade para não participarem quando assim não acharem mais conveniente. Contatos e esclarecimentos da pesquisa com a aluna Nayá Perdigão Bezerra pelo telefone (85) 99669-7681 e com a orientadora Profa. Dra. Maria Glaucíria Mota Brasil. O Comitê de Ética da UECE se encontra disponível para esclarecimentos éticos pelo telefone: (85) 3101-9800 – Av. Paranjana, 1700 – Campos do Itaperi – Fortaleza-Ceará.

Este termo está elaborado em duas vias sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outro para o arquivo do pesquisador.

Eu, \_\_\_\_\_ tendo sido esclarecido (a) a respeito da pesquisa, aceito participar da mesma.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

**APÊNDICE B**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

- Como é a sua rotina de trabalho?
- O que você mais gosta de realizar na atividade policial?
- Existe alguma coisa que você não gosta de exercer em seu cotidiano profissional? Se sim, o quê?
- Vocês são acompanhados psicologicamente? Com que frequência? Isso ocorre dentro e/ou fora da corporação militar?
- Você teve algum colega PM que cometeu suicídio?
- Ele comentou algo sobre a situação que lhe incomodava dentro da instituição militar?
- Como ele desempenhava as funções da atividade policial?
- Para você, existe algo que precisa ser mudado dentro da Polícia Militar?